

Anos 1964-1966

N.ºs 25/27

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
1967

ESTUDOS E ENSAIOS

Gloriosa vitória do Espírito Santo em 1640

Guilherme Santos Neves

A 28 de outubro de 1640, nesta velha ilha de Nossa Senhora da Vitória, reduzido pugilo de bravos repelia, a golpes de audácia e bravura, o assalto cubiçoso dos holandeses comandados pelo coronel Koin.

Vários são os documentos que registraram (e repetiram) o denodado e áspero combate, salientando todos o contraste entre o pequeno número dos que defendiam a Ilha e o avultado contingente invasor. De um lado "trinta fuzileiros, duas companhias de índios armados de arco e flecha, e homens do povo armados de piques e chuços" - como se lê nas "Efemérides Brasileiras" de Rio Branco (apud José Teixeira de Oliveira, "História do Estado do Espírito Santo, p. 114). Do outro lado, de onze (ou sete) naus holandesas, entre 400 a 800 homens de armas, adestrados em assaltos e abordagens, sob o comando de oficiais competentes e aguerridos.

O choque entre essas forças, tão diversas em número e experiências bélicas, durou "quatro horas contínuas", e foi tão encarniçado e violento que, ao final, mais de 300 inimigos perderam a vida, segundo depoimento de uma testemunha, presente à defesa da Ilha, o vigário Francisco Gonçalves Rios, embora, no relato dessa derrota, o holandês Barleu tenha registrado número bem menor ("História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau", (apud J. Teixeira de Oliveira; op. cit. p. 135).

É o seguinte o registro da "notável vitória", redigido pelo vigário Gonçalves Rios; "Lembrança da notável vitória, que Deus deu aos moradores desta Vila em vinte e oito de outubro de 1640, não por merecimentos dos que presentes nos achamos, mas pela grande misericórdia e bondade de Deus Nosso Senhor. Confessados, feitas muitas amizades, unidos uns com outros, foi êle servido de nos dar em vinte e oito de outubro de 1640 uma tão grande vitória, quanto milagrosa, que, vindo um João Delchi holandês armado, com uma esquadra de onze naus e navios, deitou em terra, com uma polaca e um patacho e com nove barcaças e lanchas de seiscentos homens até oitocentos; e no pôrto de Roças Velhas, estância do colégio e dela capitão Domingos Cardoso da defesa, onde lhe matamos mais de trezentos e tantos homens, e muitos feridos, e da nossa parte morreram três, e lhe tomamos muitas armas; êste tão grande milagre, como outros muitos que na tal guerra houve, como de não haver mantimentos na terra, perante a dita polaca e um patacho do inimigo, trouxe Deus duas caravelas, uma de Santos com muitas farinhas, carnes e peixe e arribou dos Abrolhos, que ia para a Bahia, veio logo a outro dia outra com vinhos e fazendas da Bahia, cousa milagrosa, para sustento dêste povo. Pelo que os senhores oficiais da Câmara e o senhor capitão-mor têm mui particularmente obrigação de cada ano dar muitas graças a Deus fazendo uma festa com solene procissão a S. Simão e Judas, em cujo dia foi a vitória, e não pôr isso em esquecimento como o têm feito, da transfiguração do Senhor, em cujo dia antigamente houve nesta vila outra vitória contra o rebelde holandês, e eu ou o vigário que fôr, então fará o que deve, como o fiz na dita guerra: dando por testemunhas a porta de Manoel Nunes e o paço de Roças Velhas. Vitória, treze de novembro, em cujo dia se foram de 640. "(Cfr. Misael Pena, "História da Província do Espírito Santo, apêndice, pgs. 41/42, e Teixeira de Oliveira, op. cit. p. 136).

Derrotados em Vitória, os invasores, três dias depois, assaltaram Vila Velha, prêsa mais fácil, de onde, porém, foram alijados a 2 de novembro, abandonando, afinal, a nossa barra,

a 13 daquele mês, como se vê do relato do vigário Gonçalves Rios. (Cfr. Teixeira de Oliveira, op. cit. 135)

As razões do fracasso, segundo os holandeses, está no livro de Barleu, de onde se carrega, para estas notas, o seguinte tópico : "Koin, homem aliás de grande ânimo e prudência, tentou frustrâneamente opugnar a vila do Espírito Santo, na Capitania dêsse nome, malogrando-se a empresa pelo pouco traquejo dos soldados e por falta de navios menores, a qual impedia o rápido desembarque das fôrças. Demais, avisado previamente, o inimigo munira com obras apressadas a vilazinha mandara vir auxílio brasileiro do Rio de Janeiro e se recolhera a um morro, donde com cinco peças atacava proveitosamente os holandeses. Forcejando o coronel por galgar o tope do monte para dali expulsar o adversário, foi obrigado a bater em retirada pela pusilanimidade e covardia dos seus. Incendiaram êstes a vila em vários pontos, mas não pegou fogo, graças às casas construídas de tijolo. Foram levadas do rio sômente duas naus de carga com quatrocentas e cinqüenta caixas de açúcar; mas o inimigo disparou a artilharia contra elas e desconjuntou-as tôdas, de sorte que foi o doce lastro transportado como prêsas para outras naus. Dos nossos tombaram mortos sessenta soldados rasos e alguns de pôsto mais alto, e ficaram feridos oitenta" (apud Teixeira de Oliveira, op. cit. nota p. 135)

Grande repercussão teve, na época, êsse feito dos homens do Espírito Santo. Teixeira de Oliveira cita notícia tirada aos "Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara de Salvador" (I, 479), segundo a qual "quando, na Bahia, se soube da vitória das armas luso-brasileiras sôbre os flamengos, no Espírito Santo, a Câmara da Cidade do Salvador, em vereação, ordenou se fizesse uma procissão em regosijo e ação de graças" (op. cit. p. 136).

A referência de maior porte, feita então a essa vitória "gloriosa", deve-se, sem dúvida, ao padre Antônio Vieira, através de expressivo "Sermão de Dias de Reis", pregado no Colé-

gio da Bahia, “na festa que fêz o Marquês de Montalvão, em ação de graças pelas vitórias e felizes sucessos dos primeiros seis meses do seu Govêrno”, em janeiro de 1641.

Nos livros de História que, até agora, pudemos compulsar, não deparamos referência a essa importante página de Vieira, com relação à nossa vitória contra os holandeses.

Vale a pena transcrever-lhe os tópicos mais condizentes ao fato histórico, recolhendo-os dos “Sermões” do consagrado clássico, volume XVI, edição facsimilada de 1748, pgs. 1 a 47.

“Pediram os do Espírito Santo que os socorrêssemos com armas e munições: partiu um grande socorro no mesmo dia, e contudo, duvidavam os prudentes que se poderia defender aquela praça a tão desigual poder, e, na opinião de muitos, já estava tomada. Ah, sim, diz Deus, pois dê-se a batalha no Espírito Santo, antes de chegar o socorro da Bahia; e, de duas espadas que podiam assistir à defesa, pe-leje só a de dentro, e fique a de fora embañhada para que os mesmos desmaios da prudência humana confessem que se deve a glória ao braço Divino” (Sermões, p. 9).

Como se vê, o socorro da Bahia foi pedido pela gente do Espírito Santo, e de lá êle nos veio, não chegando, porém, a colaborar no desfecho vitorioso contra os holandeses.

A razão da demora, dá-a Vieira em seu sermão: “... não chegar o socorro das nossas armas e munições foi por vir o aviso tarde” (p. 10) (*)

Mas, no seu verbo candente, acusa Vieira a inercia dos homens, a sua imprevidência a sua apatia frente aos perigos, velho vêzo brasileiro. E recorda: “Lançai os olhos por tôdas as praças que temos perdido desde o ano de 624, até o presente e nenhuma achareis a que não precedessem avisos, e muitos avisos.

Antes de se tomar o Bahia duas barcas de pescar com cartas del-Rei, que pela novidade da embarcação fizeram o caso mais

misterioso, e o aviso mais notório: um mês antes a mesma Capitânia da armada Holandesa sôbre o Morro, que nos mandou avisar pelos prisioneiros de Angola: e nós com a praça aberta, sem fortificação, sem trincheira, como se nos preparáramos para entregar a Cidade, e não para a defender; e assim foi. Pernambuco da mesma maneira. Tantas cartas del-Rei antecedentes; tantas notícias de Holanda, que haviam de vir, e nomeadamente que haviam de entrar por tal parte. Depois de partida a armada avisos de Portugal, avisos de Cabo Verde, que já vinham, que já chegavam; e nós a cortar canas, a moer engenhos, e como se fôra nova de alguma grande frota, que vinha a carregar de açúcares; e assim o mesmo foi desembarcar que serem senhores da terra. Desta maneira se perdeu Pernambuco, desta maneira se perdeu a Bahia, e tôdas as outras praças menores por êste caminho as perdemos: nunca acometidos de súbito, nunca tomados de repente. Perdeu-se o Brasil, como se há de perder e acabar o Mundo" (pgs. 12/13)

E adiante no mesmo sentido: "Nenhuma nova houve nunca tão certa, que não tivéssemos uma esperança para que apelar; nenhum aviso houve nunca tão qualificado que não tivéssemos um discurso com que o desfazer: Que está acabada a companhia de Holanda; que França não os pode hoje afligir; que Dinamarca tem guerras apregoadas; que baixa com grande exército o Imperador; que os tem mui apertados o Cardial Infante; que se desbaratou a armada que mandaram as Índias; que não há um holandês em Amsterdão que queira vir ao Brasil; finalmente que estão perdidos, que estão acabados, que estão consumidos. E quando nos não precatamos, ouvimos soar as trombetas Holandesas por êsses oiteiros; acham-nos decuidadas e desapercibidos, tomam-nos as nossas terras e deixam-nos os nossos discursos"... (pgs. 14 / 15).

(*) Em nota de pé-de-página, Teixeira de Oliveira (op. cit. 133) informa que "Em fins de 1637, o Governador Geral, prevenido

pelo rei de que os holandeses estariam aparelhando nova armada para lançar contra as costas brasileiras, ordenou "se mandasse a Capitania do Espírito Santo Munições de Artilharia por haver nella muita e boa... (D. H., XVII, 17) nomeando, ao mesmo tempo, a Marcus de Torres para o pôsto de capitão da artilharia do senhorio".

Ver, também, a êsse respeito, Maria Stella de Novaes, "Os holandeses no Espírito Santo" (p. 5)

No páragrafo IV do seu Sermão, relata Vieira a "notável vitória":

"E se Deus seguiu bem sua glória contra nossa integração no número dos soldados, não a tem menos segura por certo na fraqueza e desigualdade das armas. Porque entrando os nossos na batalha com tão poucas armas de fogo, como sabemos, e muitos com as espadas e capas com que passeavam na praça, - que entendimento ou que experiência humana havia de presumir que poderiam sair vencedores de tanto número de holandeses, soldados velhos, costumados a vencer, e tão bem providos de armas? Mas como o invisível braço de Deus governava a guerra, e nos impossíveis da nossa fraqueza queria justificar os méritos de sua glória, antes de se cerrarem as quatro horas contínuas daquela desigual batalha, estavam tão trocadas as mãos, que já os alfanges holandeses pelejavam da nossa parte, e as clavinas, que êles carregaram contra nós, nós as descarregávamos nêles venturosamente. Ora pelejai, pelejai poucos, mas valerosos Portugêses, pelejai e vencei animosamente, que ainda Deus é por nós. Não peçais socorro de armas á Bahia, não peçais ao Rio de Janeiro, que um e outro há de chegar tarde: pedi o socorro ao Céu, pedi as armas a Deus, que é sua Divina Providência tão cuidadosamente prevenida para convosco, que nos mesmos almozéns do Recife vos está fazendo provisão de armas; e nos mesmos navios Holandêses vô-las manda juntamente com êles, para que cheguem a tempo à milagrosa defesa. Quem

dissera aos Holandeses, quando estavam alimpando os alfanges e preparando as clavinas para esta facção, quem lhes dissera que preveniam os instrumentos de sua ruína; e que com aquelas clavinas havim de ser mortos, com aquêles alfanges degolados! Mas essas são as glórias de Deus, essas as traças de sua Sabedoria, essas a valentia de sua Onipotência, que dos mesmos inimigos se serve, e de suas mesmas armas se ajuda, para dar as vitórias contra êles, a quem é servido" (pgs. 17/18)

E depois: "... assim os nossos Portuguezes nesta ocasião, debaixo do patrocínio dos Gloriosos Apóstolos S. Simão e Judas, em cujo dia succedeu a batalha, a pelejaram tão alentada, e a venceram tão gloriosamente, que entrando nela mal armados, saíram ricos de mui luzidas armas, provadas e ensanguentadas primeiro no herético sangue de seus donos. Esta sim, que é façanha Divina; esta sim, que é vitória de Deus" (pgs. 19/20).

Concluindo seu Sermão, na parte que se refere ao triunfo que alcançamos contra os holandeses, diz Vieira: "Esta foi a vitória do Espírito Santo (que sempre fôra do Espírito Santo em qualquer outro lugar que sucedera), uma das mais notáveis que hão tido no Brasil as armas Católicas, e de grande importância por suas consequências" (p. 20).

Tais as palavras dêste famoso Sermão de Vieira, cuja participação instante e direta nas lutas e vitórias contra os holandeses - incentivando-nos ao combate, revigorando-nos a fé, alentando-nos o ânimo - ainda não foi posta em justo ressalte pelos nossos historiadores, embora um dêles, o inglês Roberto Southey, compreendendo que "era no púlpito que no Brasil (então) se fazia ouvir a opinião pública", e ponderando e sentindo melhor o real valor e o insuspeito testemunho histórico das cartas e sermões de Vieira, lhe tenha transcrito largos trechos em sua "História do Brasil".

O registro que ora aqui fazemos não tem pretensões historiográficas. Apenas visa a pôr em relêvo as honrosas referências do clássico Vieira à nossa terra, e à nossa gente de outrora, ao completarmos, esquecidamente, os trezentos e vinte e quatro anos de uma vitória contra os bravos holandeses, **“gloriosa vitória do Espírito Santo”**, na própria frase de Vieira.

Observação : A respeito dessa “gloriosa vitória do Espírito Santo” (e com êste mesmo título) publicamos breve registro em “Revista” Vitória, outubro - novembro de 1953, pgs. 7 e 32)



Obras consultadas ou referidas neste trabalho:

“Efemérides Brasileiras”, Barão do Rio Branco, Ed. Ministério das Relações Exteriores, s/data.

“História do Estado do Espírito Santo”, José Teixeira de Oliveira, IBGE, Rio 1951.

“História da Província do Espírito Santo”, Misael Ferreira Pena, Rio, 1878.

“Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara de Salvador, tomo I, Salvador Bahia.

“História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o Govêrno do Ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau”, Gaspar Barleu, Ed. Ministério da Educação, Rio, 1945.

“SERMÕES”, Padre Antônio Vieira, Ed. facsimilada da edição de 1748, Editôra Anchieta S.A., S. Paulo, 1945, vol. XVI.

“Documentos Históricos” Publicação do Arquivo Nacional, 1928, XVII.

“Os holandeses no Espírito Santo”, Maria Stella de Novaes, Vitória, 1953.

“História do Brasil”, Roberto Sauthey.

Subsídio para a história e a literatura do Município da Serra, em possíveis referências ao século XIX :

Trabalho apresentado ao I Seminário de Estudos Espírito-santenses

João Ferreira Castelo

Primeiro Comentário :

Talvês se pudesse admitir o século desenove, como um período relativamente áureo, no qual se descrevesse para o Município da Serra, época das mais movimentadas de sua história, digna de oferecer ao estudioso interessado, sobejos motivos de investigação e pesquisa.

O Município, contudo, cujo aparecimento, data do ano de 1556, nos primeiros ensaios de nossa colonização, presidida por frei Lourenço Braz, haveria de lutar, inegavelmente, com a escassês de documentos locais, pelos quais, se verificasse o registro dos fatos de tal época.

Já nesta altura do século vinte, do mundo tumultuado em que vivemos, em tais circunstancias, não seria pequeno o esforço reclamado, para se penetrar através das éras extintas, pelos caminhos eternamente batidos de sombra e de penumbra e luz e á margem dos quais, se produziram os acontecimentos, já sedimentados na camada subconciente de suas recordações históricas.

Dessa preliminar, portanto, seria oportuna, a ilustração de um pensador: - "O método em história, é como um fanel que ilumina a vasta densidade dos Oceanos".

Perguntaríamos: - Não se viu, por acaso, o braseiro adormecido que se agita na capa de cinza envolvente, ao sôpro da ventilação ambiente? - De igual forma, nos parece, que qualquer assunto histórico, aparentemente destituído de maior significação, ao influxo da inspiração, ou aquecido ao lume da imaginação, poderá, nesse caso, para o cultor das letras, representar apreciável ponto de referência de que se possa utilizar para aclarar os horizontes da investigação a que se proponha.

Estudo comparativo de sua formação social-econômica com outros Municípios

Ainda a título de preâmbulo, para ilustrar o presente trecho, vimos - Euclides da Cunha, em "Os Sertões", de magistral contribuição emprestada à nossa literatura, ao tratar dos elementos primordiais da Terra e do homem, necessariamente equacionados, haver enaltecido o valor nacional, descrevendo sobretudo, o caráter e a fortaleza do sertanejo.

De onde, quando se estuda, de modo mais pormenorizado, a constituição dos primitivos núcleos de povoamento da gleba espirito-santense, sob a consideração de ordem sociológica, vimos que a partir da segunda metade do século desenove, teria sido assinalado na área do Município da Serra, em contemporaneidade histórica com o de Cachoeiro, de Santa Leopoldina, período dos mais acentuados no desenvolvimento dessa região.

Com base na agricultura, ainda que assistida dos processos rudimentares de então, viu-se justamente promovido, a par de outras culturas, aquêlo ciclo econômico, verificado pelas plantações de café e cana de açúcar, com a pecuária iniciada e a indústria extrativa das madeiras de lei e de luxo, como o jacarandá, ciclo, portanto, que se desenvolveu em promissoras atividades de auto-suficiência e bem estar de suas populações.

A esse tempo, o comércio com outras localidades, utilizava o transporte no lombo das tropas de burro e das viagens a cavalo e era servido do milenar carro de bois, ou se transportava no dorso das embarcações fluviais do rio.

Santa Maria, de cuja força, atualmente, da Usina de Rio Bonito, viu-se o Município serrano, ha cerca de três anos passados, ingressar na era da hidroeletricidade, na administração municipal do prefeito Naly Miranda.

Ambos os Municípios, dotados igualmente, pela Natureza, de belas montanhas e opulenta vegetação, quanto de extensos vales fertilíssimos, apresentavam entre si, relevante diferença de natureza étnica e social.

Santa Leopoldina, se caracterizou pelo surto de novas e mais numerosas correntes imigratorias de outras nações européias, o qual, se expandiu, também no vale de Canaã, em Santa Terêza e nos municípios de Colatina, Afonso Claudio e demais Municípios, em forma de colonisação mais sistematizada.

Ao sopé da serra do "Mestre-Alvo", predominou, não muito menos ponderável, o tipo étnico, sobrevivendo da colonisação inicial, quando os primeiros europeus, aqui aportados, já recebiam o contingente do sangue africano e de vários imigrantes da colonia sírio-libanêza, com que se ia enriquecendo a paisagem do seu comercio, pelo concurso de valorosos portadores do Povo Árabe, tão bem ilustrado nos contos de Malba Tahan.

O Município no final do século XIX:

O Município da Serra, que surgira dos embates que se travaram contra o selvicola indomavel, apenas persuadido para se integrar na nova civilização, pelos officios de catequese dos apostolos missionarios da cristandade, o Município serrano, como vinhamos enunciando, assim constituido, haveria de assistir ao regime, dos

governos monárquicos, atravessar as transformações políticas da abolição da escravidão e da proclamação da República, para acompanhar no presente, as lutas permanentes e pelas quais, objetivamos a evolução estrutural da Democracia Brasileira dos nossos dias.

E, como sucedera com outras províncias do território nacional, não se poderá deixar sem registro, o tributo pago pelo braço africano, nessa fase de construção da economia nacional em diferentes regiões do Brasil.

Citando o Estado de Pernambuco e a terra fluminense, sente-se que a articulação de três raças lideradas pelos bravos pioneiros da Pátria de Camões, aqui e ao longe, se ergueram os cafezais, "que saltam os morros na distancia iluminada e se edificaram os engenhos de açúcar, "de casa grande e senzala", dos canaviais farfalhantes, bafejados pela brisa morna das auras tropicais.

Apreciações sobre a historia escrita do Município:

Um dos escritos que se refiram ao século XIX, é o livro do publicista Afonso Claudio, livro, talvez de documentação e critica historica, sobre o episodio da Revolução de Queimados, num tempo em que havia de ser bem mais difficil a edição do livro, como eram insuficientes os meios de divulgação de nossa imprensa, de um modo geral.

Através das paginas desse livro, tem-se perfeitamente, a idéia, de que o movimento insurreccional dos africanos, cuja condição humana, ficou redimida no verbo incandescente de Castro Alves, não teria se revestido de uma particularidade tocante a um só Município, ou a um Estado. Assim sendo, teria sido a amplificação de movimentos semelhantes, quando vimos as figuras das cabeças daquele movimento de rebeldia, com Chico Prêgo e Elisiario, oferecer uma repetição nacional do chefe Zumbi, das plagas pernambucasas de Quilombos e Palmares.

Motivos para a sua Literatura

Justificada a parcimonia dos documentos locais, e considerando que a literatura, descreve marcha paralela ao curso da história, teríamos, naturalmente, de auscultar a fonte das memórias do Povo, não raro, impregnadas da saudade, que perpassa, transmitida às sucessivas gerações, no linguajar das tradições orais e comunicadas no tempo e no espaço.

Desdobrar-se-ia aos nossos olhos, imenso campo de observações, a serem capazmente catalogadas, para uma ordenação precisa dos fatos, que se relacionassem presente e remotamente, ao século que se procura examinar.

Iríamos surpreender o significado de suas grandiosas festas populares, de cunho cívico-religioso e pagão, cujo realce, patenteado até grande parte do século vinte, vai, pouco a pouco esmaecendo, destituído da feição tipicamente regionalista dos tempos ancestrais.

Seria batido o retrato de suas inscrições latinas, na reminiscência conjunta da enriquecida liturgia do templo católico, com que nos aproximamos do manancial das fontes de sua cultura clássica.

Continuaríamos de um aspecto fotográfico de primitivas edificações rural e urbana, com a fisionomia estacionária do maior número de seculares habitações; ou de sua arte manual, com os instrumentos primários da indústria indígena, de rústicos teares, da roca e do fuso, ou de engenhos rudimentares, transformadores de sua matéria prima; quanto haveríamos de seguir de uma composição folclórica, da qual se divisasse a imensa seara dos fenómenos de demopsicologia.

Nem deixaríamos passar em branca nuvem, o registro de suas canções romanticas e a sublime orquestração de suas Bandas de Música, desde a guarda nacional com o "Recreio dos Artistas" e a "Estrela do Norte", por intermédio das quais,

se exprimia, por excelência, a linguagem universal do sentimento. Bandas de Musica, que a história registra, dotadas de monumental arquivo de magníficas composições, que se dissiparam, tragadas na fúria de um vendaval que passou, o qual, poderia ser recuperado, como convém à formação espiritual e cívica do seu nobre Povo, se fôr aproveitado o concurso de certos cultores apaixonados de tal arte e em cuja memória, aquelas produções ficaram indelevelmente gravadas para uma reconstituição admirável.

Recolheríamos uma idéia, do capricho ornamental, com que eram confeccionados diferentes móveis e utensílios domésticos, tocados de um espírito e graça, com que o seu Povo, condicionado às peculiaridades técnicas dessa época, sabia imprimir às cousas simples da vida, o sentido essencial do amor e arte e de beleza.

Haveríamos de prosseguir, pela biografia dos seus filhos ilustres, vindos de aquêlê século, pelo seu pendor cultural, dedicado ao estudo das artes, ciencias e letras, muitos dos quais, de antepassada e saudosa lembrança, outros, ainda presentes, no cenário intelectual da sociedade espírito-santense; e, chegaríamos, finalmente, a uma velharia qualquer, de determinada ruína, em cujo resquicio, se estampasse o empalidecido reflexo do passado distante.

* * *

Fontes de sua geografia e estatística:

Em 1884, o historiador e professor espírito-santense, Padre Antunes Alves de Siqueira, em versos descritivos sobre a serraania do "Mestre Alvo", assim se expressou:

ASSOMA, INGENTE, ALTA MONTANHA,
 "MESTRE-ALVO", AOS NAUTAS CONHECIDO.
 É UMA NATURAL, LINDA PEANHA,
 ONDE SE PREPÕE ENOBRECIDO
 UM POVO, QUE JAMAIS SE ACANHA
 NO LABÔR DA LAVOURA ENRIQUECIDO.

Dessa mesma época, em aproximação com o Padre Antunes, outros naturalistas, excursionistas e geógrafos, em seus compendios de geografia geral, escrita sobre o Brasil e a então provincia do Espirito Santo, ao fazerem referencia particular ao "Mestre-Alvo", conseqüentemente, se pronunciaram sobre a cidade da Serra, que apresentava a esse tempo, vida das mais ativas entre as outras cidades da provincia, conforme tiveram aqueles observadores a ocasião de frizar.

Citam-se Manoel Ayres Casal, Charles Frederik Hartt, Augusto Cezar Marques, Saint-Hilaire e outros, os quais, abordando temas a respeito de nossa agricultura, quanto da geografia e da geologia e mineralogia, poderiam oferecer algo de interessante, ainda atualmente, quando se cogita de criar na Capital do Estado, uma Faculdade de Estudos de Geologia.

* * *

Registro cronologico sobre datas e fatos administrativos:

Serra, foi elevada a categoria de cidade por ato legislativo de 6 de Novembro, do ano de 1875.

No ano de 1873, havia sido elevada á condição de séde de Comarca, a qual foi suprimida no ano de 1908, por lei n. 557, de 26 de Novembro do referido ano. O distrito de Carapina, foi anexado ao Município da Serra, desmembrado do de Vitória, por lei n. 18, de 28 de Outubro de 1892.

No ano de 1895, obteve a inauguração do serviço de água, canalizada das vertentes do Mestre Alvo, a cujo empreendimento, muito se dedicou a ação benemérita de Luiz Barbosa Leão, político e administrador, nascido em Portugal e que viveu neste Município, no qual se radicou.

* * *

Nova - Almeida

A historica localidade dos Reis Magos, iniciada em meados do seculo dezesseis, quanto a cidade da Serra, sede de antigo Colegio dos Padre Jesuitas, foi incorporado á administração do Municipio Serrano, quando prefeito municipal, o cidadão Joaquim Soares Pachêco.

Evoluindo através de epocas centenarias e havendo se constituido no passado, num dos principais centros civilisadores, para a aproximação social do gentio, em nosso Estado, representou papel incontestável, de necessaria assimilação dos portugêses com a raça indigena, afim de que melhor se experimentasse o conhecimento deante de uma Natureza brutal e feroz que se revelava aos navegantes de Cabral, aportados em numero tão reduzido.

Foi, por isso, de opotunidade, transferir-se o referido Colégio, para o Serviço Nacional do Patrimonio Historico, á custa de cujos serviços, foi o mesmo parcialmente reconstruido.

Por isso que o espirito das tradições historicas, não se prende ás vêses, a determinado século e sem termos uma certeza, de que a riqueza ornamental do templo d' aqueles jesuitas, tivesse sido adquirida durante o século dezenove, todavia, merece destaque, a enumeração, talvês citada pelo Dicionario Geografico e Estatistico em nosso Estado, e de autoria do Engenheiro Cezar Augusto Marques, das primitivas reliquias d' aquêl Convento e constituídas de alfaias de prata, turibulos, custodias, resplandores de santos, lâmpadas e um dicionario da lingua indigena, totalmente desaparecidos, sabendo-se apenas, da existencia de um quadro a oleo, dos Três Reis Magos, que emoldura aquela centenaria construção, pendente de tão formidaveis paredes, como se fossem aquêles personagens, os assistentes inabalaveis de sua fé. "VIMOS A ESTRELA BRILHAR NO ORIENTE E VIEMOS ADORAR AO SENHOR".

O Vale de Joára

O excursionista que viaja do interior do Município da Serra, seguindo para a localidade de Nova-Almeida, a certa altura do trecho percorrido, observa imensa planície, que se descortina às margens dos rios Sauanha e Timbuí e na confluência destes com o Reis Magos.

É o imenso Vale de Joára, nas proximidade do qual, servidas pela navegação fluvial d'aquêles rios, haviam florescido, antes do advento da Republica, ricas propriedades rurais, que promoviam com outros logarêjos e povoados circumvisinhos, ativas comunicações e intercambio social com Nova-Almeida, que desfrutava do titulo administrativo de séde de Município e séde de Comarca, que alguns historiadores apontam como centro de grandes atividades politicas, naquele seculo.

Para uma apreciação atual, das possibilidades economicas da extensa gléba do Joára, tratou de pleitear, por volta do ano de 1944, junto ao Ministerio da Agricultura, o estudo ecológico de suas terras, pleiteando o saneamento do mesmo e o alargamento dos seus canais, para a intensificação da agricultura, principalmente para a cultura do arroz, em valiosos índices de exportação. - Sabe-se, ainda, que a prefeitura da Serra, em epoca mais recente, secundando aquela brilhante iniciativa, elaborou um planejamento de grande alcance, enquadrado nas soluções com que se esboça o movimento da reforma agrária, cujo estudo, foi submetido ao Govêrno da Republica, visando á dinamisação do Vale de Joára.

Comentario Final

Como no seculo dezenove, no ano de 1873, foi organizada a primitiva Comarca da Serra, constituída exclusivamente de um só distrito judiciário, contando hoje com cinco distritos, a Serra tem que renovar um apêlo para que a mencionada Comarca, seja com justiça, restabelecida.

Dotada de uma faixa litorânea, cobrindo uma extensão que vai da fóz do Reis Magos, ás proximidades da Ponte da passagem, em limites com o Municipio de Vitória, primitiva ilha de Duarte de Lemos, é um Municipio que se acha colocado nesta parte do continente, com as praias de Nova-Almeida, Capuba, Jacaraípe, Manguinhos e Carapebús, ligado o seu territorio por uma rêde de eletrecidade abrangendo cerca de cincoenta quilometros, com visiveis observações de desenvolvimento crescente.

Em apoio desta pretensão, merecida e justa, haja vista a providencia ha bem pouco tempo encaminhada por alguns de nossos homens publicos, no sentido de se promovêr o desmembramento do Estado, em diferentes zonas para o desafogo e a descentralisação de serviços que fatalmente serão acumulados na Comarca da Capital, na distribuição da justiça do trabalho, ante as perspectivas da reforma agrária que se anuncia.

Pelas mesmas razões, o Municipio da Serra, deveria ficar desvinculado da Comarca de Vitória, em beneficio de uma assistencia judiciária mais efetiva, pela necessidade de complementação organica dos quadros de sua propria administração juridica.

Poderia o Govêrno Estadual, através dos poderes executivo, legislativo e judiciário, no uso ex-officio de suas atribuições, coordenar o entendimento das correntes municipais da politica partidaria visando á consecução dessa medida, indispensavel ao credito de um Municipalismo atuante que devemos defender e resguardar.

Ligeiros Apontamentos Históricos sôbre o Foro de Barra de S. Mateus a partir de 1877 a 1956

Trabalho especialmente preparado pelo decano dos barrenses Manoel Antônio de Oliveira (MANDUCA EVENCIO), para o I Seminário de Estudos Espírito Santenses

Sem reportarmo-nos à época do seu estabelecimento, por não cogitarmos de revolver arquivos, limitamo-nos a relatar o que temos visto e aquilo de que temos seguras informações. Outros mais pacientes e autcrizados, que o façam.

Quando em 1877 deixamos o aconchego do lar paterno e as cuidadosas carícias de minha sempre lembrada Mãe, vindo, como pensionista, conviver com a saudosa e desvelada matrona D. Maria Clara de Andrade Ribeiro, conhecida por Mariquinhas baiana, a fim de frequentar o externato Freitas, a Vila da B. de S. Mateus possuía um simulacro de Fôro. Chefiado por um Juiz Municipal leigo, um cartório proficientemente servido pelo tabelião Rocha, um oficial de Justiça e um adjunto de promotor também leigo. O juiz de então chamava-se José Joaquim de Magalhães Requião, substituído mais tarde pelo Cel. do G. N. Severino Pedroso do Amaral Brandão, ambos baianos e posteriormente por Cristiano Augusto de Paiva Bueno, paulista.

A atribuição do Juiz Municipal era processar os feitos e remetê-los ao Juiz de Direito na séde da Comarca. Acontecia

porém ser raro o feito que não fosse devolvido, pelo Magistrado, duas e três vêzes para conserto. Como tal estado de cousas muito demorava o julgamento das causas, passaram a ser nomeados bacharéis para o Juizado Municipal. O primeiro bacharel nomeado chamava-se Manoel Tobias do Rego e Albuquerque, natural de Pernambuco. Era o Dr. Tobias moço inteligente e bem enfronhado na profissão que abraçara mas, passava por muito . . . negligente. Substituiu ao Dr. Tobias o bacharel José Coelho Ramalho, também pernambucano bem entrado em anos, pois contava a bagatela de setenta e dois anos o que não recomendava muito a sua inteligência ou comportamento. Dêle diziam-se cousas pouco recomendáveis quando Promotor em Garanhuns, na sua Província.

Aqui, preparando uns autos de inventário cujos herdeiros residiam em Sta. Catarina, escreveu: Considerando que os herdeiros residem **em país longínquo, no ultramar e fora do Reino.**

E tinha veleidade de fechar sonetos.

O terceiro bacharel que aqui esteve era também pernambucano, mas seu nome fugiu-me completamente da memória. Lembro-me até dos seus traços fisionômicos, estatura, mas não é possível lembrar-me do seu nome. Dêle dizia-se que metendo-se a dramaturgo escrevera uma comédia e na distribuição dos papéis sentenciou: **o mudo permanecerá em cena, calado . . .** O quarto e último Juiz foi o bacharel Deraldo de Almeida Maia, baiano, o qual não completou o quadriênio por efeito do quinze de Novembro. Com a proclamação da República retrogradamos para o regímen dos Juizes Distritais. Na primeira gestão Moniz Freire foi criada a Comarca da Barra de S. Mateus e encarregado da sua instalação o sempre lembrado pernambucano, o sábio, erudito e integérrimo magistrado Antônio Ferreira Coelho, de lugar já firmado na Magistratura brasileira. Aqui permaneceu o Dr. Coelho durante dois anos e sete meses, saindo para ocupar uma cadeira na Capital do Estado, e, logo após, entrando

para a Côrte da Justiça. Substituiu ao Dr. Coelho o bacharel Carlos Francisco Gonçalves, baiano e membro da família do Alnte. Jerônimo Gonçalves, grande auxiliar do Marechal de ferro na sufocação da Revolta da Armada. O Dr. Carlos foi o causador da supressão da Comarca. Tendo a Bahia, governada então pelo Dr. Antônio Muniz de Eragão, invadido militarmente terras do Espírito Santo, ao Sul do Rio Mucuri e, chegando, releu a noticia ao Presidente da Câmara Municipal, o português Cel. Bernardino José de Oliveira, deu-se ele pressa em convocar extraordinariamente a Câmara redigir enérgico protesto perante o Judiciário.

Levado o protesto por uma comissão de vereadores a Câmara se manteve em sessão permanente aguardando o resultado. Algum tempo depois voltava a comissão dizendo ter o Juiz se negado a receber o protesto por ser êle filho da Bahia. Alguns meses mais tarde foi o Cel. Bernardino chamado a tomar parte no Congresso e, ali chegando, procurou logo tomar um desfôrço do Juiz. Como no momento estivesse o Congresso discutindo a supressão da comarca de S. Cruz, a da Barra foi incluída no projeto ficando o Juiz em disponibilidade. O plano era restaurar a comarca logo que o Juiz abandonasse o Estado, pois no govêrno Muniz Freire êle jamais seria aproveitado. O rompimento político entre o Cel. Henrique Coutinho e o Dr. Muniz Freire impediu que a comarca fôsse restaurada com a de S. Cruz como era justo mas... os políticos barrenses "dormiram no ponto".

Após este episódio voltamos ao regímen do Juiz distrital gozando porém, da faculdade de reunião do tribunal do Júri sob a presidência do Juiz da Sede da comarca, S. Mateus. Em 1929 ao assumirmos pela segunda vez a Prefeitura Municipal tivemos que despachar uma petição na qual o hoteleiro Antonio José de Souza vulgo Sant'Ana pedia o pagamento da hospedagem do Juiz José Vieira Tatagiba e respectivo promotor vindo julgar um individuo que respondia por um crime sem importância pois não foi possível provar ter sido êle o autor do delito.

Julgando exorbitante a conta apresentada condicionamos o pagamento ao Visto do Juiz, convencidos que estávamos que o Juiz não o daria. Qual não foi a minha surpresa e, até indignação, quando voltou dita conta visada pelo Juiz. Autorizei o pagamento mas representei contra o Juiz à Corte de Justiça instruindo a representação com a malsinada conta. Merece ser transcrita a célebre conta para pasmo de quantos militam no fôro. Nove diárias do Juiz, tanto, nove diárias do promotor, tanto; nove diárias da esposa do promotor, tanto; nove diárias de uma amiga da esposa do promotor, tanto; nove diárias da criada do promotor, tanto; aperitivos, noventa mil reis. Feita a representação não pensei mais no caso julgando ficar êle em uma advertência ou censura ao Juiz. Alguns meses depois chegando aqui sem ser esperado o Dzdor. Corregedor Cassiano Cardoso Castelo, um dos mais saudosos ornamentos da magistratura capixaba fomos, como era do nosso dever, visita-lo, pondo ao seu dispor nossos limitados pres-timos. No dia seguinte, recebíamos a visita do Dr. Cassiano que assim retribuía a visita do dia anterior. Quando saboreávamos o cafezinho dirigi-lhe em tom de graça uma censura á Corte por haver suprimido o Juri nos Municípios, a cuja censura ele respondia: Você é o menos competente para formular tal censura. Ante a queixa dada por você contra o Tatagiba á Côrte só podia fazer o que fez: suprimir o Juri nos municípios. E assim ficamos, até sem Juri.

Em tal caso devemos aplicar o velho brocardo português: não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe. Raiou finalmente o fulgurante sol da nossa emancipação Jurídica de Maio de 1951, graças às generosas intenções da "dupla mais simpática do Espírito Santo" na justa expressão de Otaviano Santos, Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves. Em belo, solido, bem ventilado e construido no ponto mais central da cidade encontra-se o "Forum" não mais de Barra de São Mateus e sim de Conceição da Barra. Bem instaladas se encontram as dependências do fôro, primeiro e segundo tabelionato, cartório de R. Civil e um bem espaçoso salão das audiências no qual se divisa em lugar de honra a imagem do Martir do Calvário e um grupo

de fotografias dos Drs. Jones dos Santos Neves, Carlos Teixeira de Campos e Antônio Ferreira Coelho: governador do Estado, Juiz de Direito e Patrono respectivamente. Lamentável é que em um período de cinco anos, tenham estagiado nove Juizes, tempo êsse que, reduzido a meses, da, para cada Juiz, um cociente de pouco mais de seis meses, o que, devemos convir, é muito pouco. Com a construção das pontes sôbre o Rio Doce e Cricaré a distância entre Conceição da Barra e Vitória foi sensivelmente diminuída, bastando apenas cinco horas para vencê-la. Fazendo-se semana inglesa, podemos estar em Vitória às dezoito horas nos sábados e, nas segundas feiras, fazendo o pequeno sacrificio de duas horas de sono, poderemos estar de volta às nove horas, visitar as águas do Atlântico, saborear uma peixado e às doze horas satisfazer a sêde de justiça dos que a sentirem. Os promotores, forçosamente mais jovens que os Juizes, mantêm-se mais tempo longe das atrações da Cidade Presepe como se evidencia pela proporção aritmética: quatro para nove. A propósito dos Juizes vamos referir a queixa formulada por um campônio há poucos dias.

Achando-me casualmente no ponto das chegadas dos ônibus do interior, fomos abordados por um rústico porém simpático e loquaz lavrador que, depois da reverência rotineira, indagou pela estada do Juiz.

Obtendo resposta negativa replicou bem agastado: vivo nesse grotão de meu Deus lutando brabo pela vida mas, precisando falá ao doutô Juíz indago de todo carro, todo viajante noticia dêle até que hoje cedo fui informado que ja tinha chegado. Guardo a ferramenta do trabaio, mudo uma roupinha melhor, como ligeiro uma farofa de torresmo e garro a correr como maluco e... chego aqui o home não veio ainda. Esse home não gosta de criá picuman na cozinha. Ta danado mesmo.

Contribuição para o Estudo da Colonização no Espírito Santo : Estado Sanitário da Colônia de Santa Leopoldina, no Primeiro Lustro de sua Existência.

Trabalho apresentado ao I Seminário de Estudos Espírito Santenses

Angela De Biase Ferrari

No título está a meta dêste meu trabalho, contribuição pequena, mas fiel a dados oficiais, a relatórios e ofícios, enviados para os Presidentes da então Província do Espírito Santo.

A fonte, portanto, é boa e a pesquisa foi feita com seriedade e carinho. Procuro com minha parcela de estudo e paciência oferecer um campo inesgotável de comparações e deduções para um aprofundamento maior. Todo o esforço de busca é um elo. Ligando passado, presente e futuro, procurando causas, determinando efeitos, encontrando cifras, interpretando atos, proporcionando material de estudo e de discussão. É o que espero encontrem no meu trabalho.

A colônia de Sta. Leopoldina achava-se situada a "8 ou 9 léguas" de distância da cidade de Vitória, entre os rios Mangarai e Sta. Maria.

Dividia-se em 2 partes distintas :

1.^a Colônia Velha denominada de Sta. Maria, situada a "1 légua" ao norte do Porto da Cachoeira de José Claudio,

hoje cidade de Sta. Leopoldina. Ai se estabeleceram os primeiros colonos chegados em março de 1857. Êstes colonos eram na maioria suíços descontentes com contratos de parcerias e transferidos pelo Governo Imperial de Ubatuba para Sta. Maria.

O solo nesta parte da colônia era em geral pouco fértil e bastante montanhoso. Reconhecendo êstes defeitos, mandou a Presidência, em fins de 1857, explorar novos sitios que se prestassem melhor ao desenvolvimento da colônia. O local escolhido veio a constituir a segunda (2.^a) parte da colônia, a Oeste do Porto da Cachoeira.

Era a Colônia Nova de Sta. Leopoldina quase tão montanhosa como a primeira, porém, "mais fértil e cortada de ribeiros cristallinos".

Para estas duas partes vieram colonos suíços, alemães, tirolezes, luxemburgueses e holandeses. Êstes colonos faziam um contrato com o governo; alguns contudo não tinham contrato nenhum "confiados na generosidade do Governo Brasileiro". Todos, porém, tinham direito a um prazo (hoje colônia) que era sorteado e formava um quadrado de 250 braças de lado, casa provisória, diárias por 6 meses, derrubadas (inicialmente feitas pelos nacionais, mas depois pelos próprios colonos, por ficarem mais baratas, por serem também mais uma fonte de renda para os colonos nos primeiros tempos e ainda porque não se podia fiscalizar o trabalho dos brasileiros, havendo prejuizo por não cumprirem as ordens). A extensão das derrubadas variava de 10.000 a 1.000 b2.

A colonia tinha uma área de 16.100.000 b2 e era administrada por 2 funcionários: um diretor que ganhava 200\$000 por mês e 1 administrador com 50\$000 mensais.

Havia ainda 1 intérprete do Governo, 1 capelão, 1 pastor, um professor de primeiras letras e um médico. Os três primeiros

ganhavam 30\$000 e, o professor 20\$000 e o médico 100\$000.

O primeiro médico que teve a colônia foi J. Braun, como podemos verificar o officio do Superintendente da Colônia datado de 10 de Outubro de 1858:

“Acuzo a recepção do Offício de V. Exa. datado de 30 de agosto acompanhado do aviso n. 72 de 10 do mesmo mez expedido pela Repartição Geral das Terras Públicas para que desse conhecimento de seu objeto ao colono J. Braun, formado em medicina, que pretende uma gratificação para encarregar-se de prestar socorros de sua arte aos seus compatriotas desta Colônia, o que por mim foi satisfeito a determinação de V. Exa.”

Em 29 de Agosto de 1863 nomeado o Dr. Francisco Gomes de Azambuja Müller, entrando em exercício em 16 de Outubro do mesmo ano, após a demissão de Braun, que assim era julgado pelo diretor Rudio:

“este sujeito, chamado Braun, cujo nome é synonymo com a desmoralização desta colonia, e hé delle de mentira e charlatonismo”.

Embora assistidos pelo médico, as condições de saúde dos colonos não podiam ser excelentes. A maior parte dos colonos recém-chegados até aclimatar-se sofria de Desinteria, doenças do fígado, hidropsias (que fazia bastantes vítimas entre as crianças). Uma moléstia que aparecia com freqüência era a oftalmia, que segundo o médico atacava principalmente os trabalhadores de estradas. Dava como causas a cor do terreno, vermelha, que atraia grande soma de calor e ainda “um vento frio que sopra inconstante e que acarreta sobre os órgãos visuais particulas de um pó subtil”. A poeira, o vento, e o calor, segundo êle, determinavam a moléstia em questão, que atacava tanto os nacionais como os estrangeiros.

A sarna também fazia inúmeras vítimas; a causa aqui era a falta de higiene e a contaminação era devida à promiscuidade.

Aparecia também, contra os doentes, opilados, "em não pequeno número", fato ocasionado sempre, segundo o medico, pela ação combinada da alimentação pouco substancial e da umidade. Dêstes, muitos eram curados, mas alguns, desiludidos, abandonavam o tratamento.

Os vermes eram comuns tanto nos adultos como nas crianças, constando num relatório a justificativa de não especificar, ai os que os possuíam, porque se se o fizesse ter-se-ia de enumerar todos os colonos.

Febres intermitentes ocorriam com uma certa frequência, verificadas principalmente entre os colonos que se haviam transferido para Rio Novo e voltado para Sta. Leopoldina. Entre muitos citarei este officio:

"Carlos Kunert, saxono e colono laborioso seguia aos outros para Rio Novo - menos na mira para mudar de colonia, mas para ganhar de dinheiro. O experimento não succedeo como elle desejava, voltou com febre intermittente e fraco como era não resistia os ataques desta doença e succumbio. Temos para isso uma viuva a mais".

Os relatórios dos médicos fazem menção ainda á desinteria e diarréia, dando como causas "as comedorias mal preparadas e inteperança dos colonos".

Os médicos procuravam exercer sua profissão da melhor forma possível, mostrando os obstáculos, dificuldades, causas das doenças etc... como veremos no Officio que transcrevemos; Officio de 10 de novembro de 1860:

“Na impossibilidade em que me vejo de exercer satisfatoriamente as funções de médico da Colônia de Sta Leopoldina, cujo cargo me foi commettido pelo Governo Imperial, em attenção á grande extensão de território, que pela mesma colônia he atualmente occupada e que terá por sem duvida de augmentar-se pela affluência de colonos para este ponto, e que devo percorrer diariamente, venho submeter á consideração de V. Exa. a conveniencia de se estabelecer provisoriamente no Cachoeiro, onde presentemente resido, uma enfermaria, para a qual sejam recolhidos os doentes graves de medicina e cirurgia que reclamem desvelos immediatos e aturados de facultativo, tornando-se assim reaes” os serviços profissionais, que o Governo Imperial servio-se confiar-me e que de mim exige; e tanto mais quanto pela directoria geral das terras publicas me havia sido informado a existência desta enfermaria, e convencido estava eu d’ella, quando para aqui me dirigi. - Sendo em geral inteiramente indolentes os colonos enfermos, não curando de seos males e sim parecendo entretel-os com o fim de attrahir a commiserção dos circunstantes, e provar por este meio a sua desventura, torna-se patente a urgente e imperiosa necessidade de fundar-se este estabelecimento de caridade; necessidade esta que foi sentida pela comissão prussoissa que percorreo esta colônia a syndicar da sorte de seos compatriotas. - A manipulação dos medicamentos estando tambem confiada ao médico da colônia, e, não podendo por forma alguma ser delegada a pessoas não profissionais sem sua immediata inspecção, roubando-me momentos preciosos para a minha clinica, offerece, igualmente razão plausivel a uma tal instituição, pois que reunidos os doentes, e feita a visita a cada um

de per si, facilitaria então ao facultativo a dosagem dos ingredientes das diversas preparações ao uso commum e individual dos enfermos examinados, e assitiria a sua distribuição”.

Outras dificuldades devem ser incluídas, além da grande extensão a ser percorrida pelo médico, ausência de enfermaria, fingimento dos colonos para continuar a ganhar subsidios. Uma das mais importantes e á qual encontra-se referencia em vários relatórios e officios, é a que se refere à instalação dos colonos nos barracões enquanto esperavam ser acomodados nos prazos. Existiam 3 barracões em Bragança (1ª. povoação da colônia); ainda em 1858 o Administrador A. Pralon pede para construir mais um, no Pôrto. O Presidente autoriza-o “a edificar o barracão com tôda segurança e economia”. Pois bem, estes barracões não ofereciam condições de habitabilidade, umidade, exiguidade de espaço, falta de asseio contribuíram para que uma grande maioria dos recém-chegados adoecesse, como podemos verificar nos officios que seguem

Em 30 de abril de 1857 - Fernando Antonio Ferreira Castelo falava de umas “camaras de sangue” que atacavam principalmente as crianças menores de 5 anos asseverando que como essa idade nenhuma resistia à molestia, conclui dizendo:

“Se não me aventurar a dizer a V. Exa. a causa de que possa provir tal enfermidade, tambem não devo crer que provenha da insalubridade do lugar em que estão estabelecidos: antes creio que provenha de estarem por ora aglomerados, mais do que é possível, pelo que, cuido, quanto minhas forças permitirem em os acomodar convenientemente”.

D'Illiers, diretor da colônia, em 17 de setembro de 1859 dizia que as chuvas haviam ocasionado algumas indisposições entre os colonos instalados nos prazos, mas sem maiores consequências. Contudo chamo a atenção para a morte de 2 crianças “dans le grand rancho du Port, il existe dans cette endroit

plus de maladies qu'ailleurs á cause de manque d'air et de la grande humidité aux quels les soins ne peuvent remedier par suite du mauvais choix de l'emplacement de ce rancho".

Noutro ofício de 8 de Outubro de 1859 é ainda D'Illiers que fala da necessidade de deslocar 27 doentes que estavam nos barracões:

"pour la conversation de ces personnes, il est important de les faire sortir de ce lieu insalubre".

Em outros ofícios verificamos que nos primeiros tempos a colonia viveu momentos difíceis; desânimo, desórdem... a tal ponto que em 1861 o governo Imperial declarou que todos que o quisessem poderiam mudar para Rio Novo. Mudaram somente 2 famílias suíças "as mais gritadoras". Outros foram, mas voltaram. Um dos motivos dessa situação difícil era a fome.

Em 18 de abril de 1860 o diretor Barão Pfuhl levava ao conhecimento do Presidente da Província o deplorável estado dos colonos e o seu "receio que não vindo dinheiro com toda a pressa, tenhamos de lamentar doenças e talvez mortes cruzadas pela fome".

No mesmo ano, em Julho, comunicava o Diretor que uma colonia holandêsa havia tido um ataque no Porto, que se atribuia a fome e que o mesmo acontecera no prazo n.º 1 a outro colono também holandês, êste socorrido por seus companheiros. Para evitar a repetição de semelhantes fatos êle sugeria.

"1.º) Ordem para dar começo aos trabalhos das estradas.

2.º) Licença de prender como vadios aquelles colonos (durante 24 hs. até 3 dias) que não trabalharem nem nos seus prazos ou do outros, nem nas estradas".

Como vemos, o Govêrno Imperial não tinha inteiramente, culpa da situação reinante: o subsídio de 6 meses era freqüentemente ampliado para 12, 24 meses e até mais em casos de doença.

A indolência e ignorância dos trabalhos agrícolas eram as principais responsáveis. Não entraremos em pormenores sobre esse assunto, por fugir ao que propusemos. Citaremos apenas um trecho do relatório de 1865:

“E é exacto o que fica dito que alguns colonos em Sta. Leopoldina declaram que não vierão para o Brasil afim de trabalhar e sim de receber subsídio, dando em troca ao paiz o favor do aumento da população. Vários colonos por enfermidades antigas e manifestas por prematuro e reconhecido quebramento de forças, ou por velhice achacada, tornão-se verdadeiramente inúteis e depoem contra o zelo das casas agentes que as contractas, prestando alguns dëlles utilidade ao paiz sómente pelas esperanças depositadas no crescimento dos filhos ainda infantes”.

Ao lado desses que não queriam trabalhar havia aqueles que o faziam com muito zêlo como os pomeranos, por exemplo, e iam abrindo novos horizontes, não sem dores e sacrificios. Convem ainda reconhecer que a extensão de 62.500 h2 é muito limitada para que não sómente se dêem a uma família os meios de subsistência, como também para se que, digo, para que se lhes proporcione sobra. Bem verdade que o colono podia comprar outros prazos, mas êstes estavam situados a longa distância, o que dificultava um cultivo assíduo e vantajoso.

Em 1862 a situação não fôra melhor.

“as cousas necessárias á vida se fazem todos os dias mais raras; os negociantes estão angustiados e continuando este estado agora um tempo breve, tenho medo que a fome pode produzir excessos, talvez muito lamentáveis”.

Não só a quantidade de comida era insuficiente, como também a qualidade era deficiente, segundo os relatórios de 1860 e 1864 dos médicos da colônia:

“lançam mão da alimentação ordinária não obstante alguns terem à sua disposição o arroz, aves etc”...

“A opilação é a moléstia que mais frequentemente afeta aos colonos por causa da alimentação insuficiente de que usam constantemente”.

Outros fatores iriam também desempenhar condições negativas tais como a dificuldade de atender aos colonos doentes, negligência e ignorância dos enfermos, falta de higiene e de medicamentos.

Sendo a colônia muito grande, o médico não podia, segundo o dispositivo do regulamento, percorrê-la pelo menos uma vez por semana e visitar diariamente os enfermos em seus domicílios. Estando muito disseminados os colonos, examinava o médico particularmente os que necessitavam de seus serviços:

“deixando que me procurem na estrada em dias determinados, ou em meu domicílio a qualquer hora, os que possuem fazel-o por si ou por pessoa informante”. Assim muitas vezes o doente só procurava o médico quando a doença já se tinha agravado e progredido:

“não de propósito, mas quando minha presença ou a do ajudante lhes offerecia ocasião para isso”.

A morosidade e imperfeição da cura de certas enfermidades era devida à negligência dos enfermos que não seguiam as prescrições do facultativo:

“o resguardo e dieta que exigem certos medicamentos e molestias não se pode conseguir dos enfermos pois apesar das prescrições minhas,

por uma economia mal entendida tomão os remédios mesmo no lugar do trabalho, e não se preservão de chuvas, de humidades, e de embates ao vento”.

Junte-se a isso a falta de hygiene dos colonos. Para illustra-la, transcrevemos um trecho de um relatório do médico:

“as bicheiras de pés, que lavrão em grande escala he devido a incuria, falta de asseio e preguiça dos colonos acometidos pois que sendo tão fácil de tirar o bicho (pulga perfurante) pouco depois de entrado, deixão que elle forme grande sacco, onde são aninhados e creados esses animalculos que por seu turno se propagaão aos tecidos vizinhos, e bem depressa a quasi toda a superficie e planta dos pés, das mãos e em seguida aos joelhos e cotovelos e em alguma até ao rosto lançando-a por isso em estado de não poderem dar um passo a procurar meios de subsistência!!! Não para aqui sua incuria e indolencia, sendo final accometidos da vareja que pousa sobre parte ulceradas, determinados pela coçadura, ahi se desenvolvem os bichos, chamados de vareja, que não sendo extraídos em tempo e prevenida sua reprodução pelo mercurio doce, que se deve lançar nas partes offendidas, corroem todos os tecidos e chegão mesmo a ficar a descoberto os ossos dessas partes, dando lugar a carie, como desgraçadamente já aqui se manifestou num Hollandez que por falta de especificos foi transportado para o Hospital de Misericordia dessa Capital”

Como vemos, também a falta de medicamentos adequados era outro obstáculo para o tratamento dos doentes,

“alguns dos quaes não se achão em tratamento por falta de medicamentos apropriados e aconselhados para seu curativo”.

O diretor Rudio que por ocasião da demissão do médico J. Braun toma a seu cargo o tratamento dos doentes também reclama a mesma cousa e faz sugestões:

“por exemplo recebi 18 vidros de esta caro Opodeldok, mas a camphora me falta. Dando-me um pedacinho de camphora e um pouco de ammonia liquida e huma garrafa e mandando aos colonos ajuntar caxaca e um pouco de sabão, - eu estou certo que não custa mais como o preço de um vidro de Opodeldok e economisamos ao menos 17\$000.”

Apesar dêsses inconvenientes todos, o estado sanitário era considerado satisfatório pelos diretores da colônia. Em 1860, 432 pacientes das 912 pessoas existentes foram tratados, tendo morrido 27. Há a inclusão ainda de dois que morreram afogados e uma colona que pereceu perdida no mato. A lista segundo as idades era a seguinte:

- 13 pessoas de 1 a 10 anos
- 1 pessoa de 10 a 20 anos
- 6 pessoas de 20 a 30 anos
- 4 pessoas de 30 a 40 anos
- 3 pessoas de 40 a 50 anos
- 2 pessoas de 50 a 60 anos
- 1 pessoa de 60 a 70 anos

Segue a lista das doenças

- 187 pessoas desinteria diarréia
- 48 pessoas febre gástricas
- 42 pessoas atrofia
- 19 pessoas febres nervosas
- 13 pessoas febres intermitentes
- 11 pessoas hidropsia
- 112 pessoas molestias varias

Em 1861 a colônia tinha 1075 habitantes, dos quais morreram nesse ano 18. Dois anos depois o número de

habitantes se elevou para 1187, diminuindo o número de mortes para 13 (8 crianças de menos de 2 anos e um adulto assassinado). Em 1865 a população era de 1279 almas e o número de óbitos foi de 21.

Chegamos ao fim da presente contribuição, por não nos ter sido possível estender as pesquisas além de 1865. O clima parece não ter exercido uma influência muito nefasta na saúde dos colonos:

“a posição elevada de suas terras, o ar puro que aqui se respira, a falta de pantanos com as exalações mephiticas, as boas agoas que em todos os prazos correm”

lhes proporcionavam grandes vantagens. Há ainda a opinião de um dos médicos dizendo que:

“a proporção dos doentes entre os colonos antigos está para os mais modernos na razão de 1 para 13”.

A longa permanência dos colonos no Pôrto, abrigados em barracões com más condições higiênicas, facilitava

“o desenvolvimento de certas endemias, que atacam de preferência, aos recém-chegados alterando por esta forma sua saúde futura”

Para reforçar esta ideia o depoimento do francês D'Illiers

“le climat de la colonie ne pent pas être plus salubre pour des travailleurs. Les maladies dont il vous est donné eonnassance sont plutôt le resultat de L' imprudence e de la misère, que l'acclimatation”.

Sim, o clima não teve importância tão grande quanto a ignorância própria não só dos colonos desse rincão, mas fruto da época em que viviam. Condições sanitárias precárias, conhecimentos de assepsia nulos, alimentação mal orientada... foram fatores decisivos para o baixo índice de colonos sadios.

Nota Preliminar sobre os Solos do Espírito Santo

Trabalho apresentado ao I Seminário de Estudos Espírito Santenses

I Introdução

No início da nossa colonização, Jean de Laet proclamava as terras da Capitania do Espírito Santo como as melhores de toda a Terra de Santa Cruz. Saint'Hilaire, que nos visitou na primeira metade do século passado, escreve sobre a pujança das florestas da Província. Em 1860, Von Tschudi registra as péssimas condições em que se encontrava a Colônia de Santa Leopoldina, recentemente fundada, e atribui esta situação à má qualidade das terras da Colônia, que se esgotavam com rapidez. - Hartt, em 1863, corrobora a opinião de Von Tschudi sobre Santa Leopoldina, ao mesmo tempo que fala com entusiasmo sobre as férteis baixadas dos Rios Doce e Guandu.

Para Waggemans, em 1914, as opiniões dos naturalistas do século dezenove deveriam ser completadas pelas observações dos pedólogos do século vinte. Após a sua visita ao Estado em 1941, Bondar publicou uma notícia sobre os solos capixabas, baseando-se fortemente no estudo dos fatores geológicos.

As primeiras análises para fins agrícolas foram feitas no Estado no ano de 1946, sob a iniciativa do Engenheiro Agrônomo Bemvindo de Novais e seus colaboradores. Dessas análises e de observações colhidas em viagens através de todo

o Estado, o autor retirou o material que está sendo apresentado neste artigo. O presente trabalho constitui a primeira tentativa de inventário dos solos do Estado e será desenvolvido em artigo científico a ser publicado futuramente.

II - Os Fatores de Formação dos Solos

1. Seguindo a idéia básica de Sibirtzeff os solos vêm a ser função de cinco espécies de fatores: clima, bióta, rocha-mãe, relevo e tempo.

2. O clima do Espírito Santo é tropical. Apenas pequenos trechos da região serrana centro-sul que podem ser considerados como desfrutando de clima sub-tropical. Em Vitória, capital do Estado, situada ao nível do mar, a temperatura média anual é de 23, 2C, a média do mês mais quente 25, 5C e a do mês frio 20, 5C. Possivelmente todo o Estado goza de uma precipitação média anual maior que 1000 mm, alcançando mais que 2000 mm em diversos pontos da região serrana centro-sul. Em Vitória a precipitação média anual é de 1430 mm de chuva. No Estado a estação seca de inverno é comumente curta e pouco severa. Faz exceção a esta afirmativa a região do vale do Rio Doce limdeira com Minas Gerais, onde a seca é prolongada. Em Vitória, apenas dois meses do ano - junho e agosto - apresentam precipitação inferior a 60 mm.

3. Antes da colonização todo o Estado estava coberto por florestas, exceção feita das áreas frequentemente inundadas e da orla litorânea. A floresta alcançava o seu máximo desenvolvimento nos vales dos grandes rios como o Doce, o São Mateus e o Itapemirim.

4. O território do Espírito Santo tem aproximadamente 75% de sua área de formação geológica de origem Arqueana, 15% de Terciário e 10% de Quaternário. O Arqueano ocupa a região montanhosa do sul e do centro e afastando-se cada vez mais do litoral, prolonga-se pela região norte do Estado. É cons-

tituido principalmente por gneisses graníticos, diorídicos gneisses básicos, granitos, quartzitos, em menor percentagem por rochas básicas diversas. O Terciário ocorre entre o Arqueano e a formação quaternária litorânea. A faixa terciária é formada por taboleiros sedimentares e com argilitos e arenitos. A formação quaternária abrange os aluviões fluviais e os depósitos marinhos recentes.

5. O relêvo do Estado é montanhoso na região centro-sul e vai se abrandando na região norte. Apenas uma pequena fração da área do Estado está situada acima da cota dos 500 m. Os taboleiros terciários não ultrapassam a cota dos 200 m. e são de topografia ondulada. A planície costeira é estreita no sul e alarga-se na foz do Rio Doce e na parte norte.

6. Devido aos declives existentes na região montanhosa, a erosão geológica tem sido suficiente para evitar a formação de perfis excessivamente desenvolvidos. O oposto acontece nos taboleiros terciários onde a topografia é suave.

III - Os Solos Vermelhos e Amarelos na Região Montanhosa

1. Ao redor do globo, nas regiões úmidas de clima tropical, os solos apresentam cores vivas que vão do amarelo ao vermelho escuro. São os solos chamados lateríticos, rebatisados de latossolos por Kellog. Eles possuem valores baixos para a relação sílica-sesquióxidos, baixos para média capacidades de troca de bases, baixo teor de minerais primários com exceção dos mais resistentes à decomposição, alto grau de estabilidade dos agregados, e coloração vermelha ou de vermelho misturado com outras cores.

No Espírito Santo, dadas as condições de clima, relêvo e rocha-mãe, a maior parte dos solos da região montanhosa do centro-sul e do noroeste do Estado são de evolução laterítica. São caracteristicamente vermelhos e amarelos, acusando a importância do ferro como elemento corante. Estes solos se formaram sob florestas e se derivam dos gneisses, granitos e

quartzitos do Arqueano. A drenagem dos perfis é franca, até excessiva. Devido ao relêvo acidentado que favorece a erosão geológica, estes solos são relativamente jovens.

Na maioria dos solos - nota-se pouca diferenciação nas camadas do perfil, exceção feita da camada orgânica - superficial. Os horizontes de concreções ferruginosas, quando ocorrem, são fracamente desenvolvidos. A terra se apresenta de constituição barrenta e permeável si bem que seja rica em argila. Os solos vermelhos estão entremeados com os amarelos, mas a coloração vermelha ou amarela parece depender de três fatores principais: umidade efetiva no perfil, riqueza em ferro da rocha-mãe e idade do perfil. Assim é que nas regiões mais elevadas dos municípios de Santa Tereza, Santa Leopoldina e Domingos Martins vamos encontrar maior frequência de solos amarelos, devido à presença de rochas quartzosas e a maior precipitação fluvial das serras.

A fertilidade destes solos está intimamente ligada à composição da rocha-mãe. De um modo geral os solos vermelhos são mais férteis que os amarelos. Enquanto os solos vermelhos, em uma escala de fertilidade para o Estado, seriam classificados de ruins até bons, os solos amarelos iriam somente de ruins até regulares. Os solos amarelos das regiões altas são mais ácidos e bastante pobres; quando em desuso são invadidos pelo samambaial.

Os solos vermelhos e amarelos são por excelência os solos cafeeiros do Estado. Muito frequentemente as encostas são usadas para pastos ou para roças de milho. A floresta primitiva ainda é conservada em alguns lugares; em outros a capoeira secundária vem atestar a vocação florestal destes solos. Dada a boa estrutura que possuem, tais terrenos pouco sofrem com a erosão, exceção feita dos declives fortes sob lavouras mantidas no limpo.

2. Nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Muqui, Muniz Freire, Afonso Cláudio, lado a lado com os solos vermelhos e amarelos já citados, existem solos de uma coloração vermelho-escuro característica. Quem já os examinou uma vez não pode confundir o vermelho-escuro destes solos com o vermelho alaranjado dos solos provenientes das rochas ácidas. Estes solos vermelhos-escuros se formaram sob as mesmas condições que os solos vermelhos e amarelos, com a diferença que a rocha-mãe parece possuir maior teor em ferro e ser mais rica em minerais básicos. Para o melhor conhecimento da distribuição destes solos será de muita utilidade o mapa petrográfico do Estado, em organização pela Divisão de Geografia e Geologia do Estado.

Não se nota muita diferenciação de horizontes nos solos vermelho-escuros. Os solos são permeáveis e também mais profundos. A área que ocupam não é muito grande mas possuem certa significação por serem mais férteis que os outros solos da região montanhosa. Na nossa escala de fertilidade eles seriam classificados de regulares até bons. Quanto ao uso, são utilizados para os mesmos propósitos que os solos vermelhos e amarelos: café, pasto e roças de milho.

3. Nos municípios de Cachoeiro do Itapemirim e Muqui se encontra uma certa associação entre os solos vermelhos escuro e a ocorrência de calcáreos. As lentes de calcita são relativamente comuns nos gneisses do Arqueano, no Estado e nas regiões vizinhas de Minas e do Estado do Rio. Entretanto, naqueles municípios é que a calcita se apresenta em lentes muito espessas que podem ser vistas em Monte Libano, Vargem Alta, Aracuí, São Felipe, Torres etc. A importancia direta destas formações calcáreas como rocha-mãe de solos calomórficos é insignificante. Entretanto, não se deve perder de vista uma possível influência das lentes de calcita na formação dos aluviões dos cursos médios dos cursos dos rios, que se apresentam bem supridos de bases.

4. Nas encostas que descambam para os vales dos grandes rios e mais frequentemente na junção do Arqueano com o Terciário, correspondendo, é claro, aos declives mais suaves e às altitudes menos elevadas, vamos encontrar solos com boa diferenciação no perfil e que apresentam mesmo sub-horizonte de acumulação de argila. Muitos desses perfis mostram "bleaching" das camadas superiores. São solos menos férteis que os anteriormente descritos. Na parte do sul do Estado eles estão bem distribuídos mas não tem grande proporção na área total. Possivelmente, na parte montanhosa do norte do Estado, de relevo menos agressivo, eles serão de maior importância, fato que ainda não pude confirmar.

5. Os solos vermelhos e amarelos da região montanhosa são solos zonais e sem dúvida correspondem aos "Red" e "Yellow" latossolos da classificação de Kellog. Provisoriamente os solos vermelhos-escuros serão considerados como "Reddish Brown" latossolo. Os solos de horizontes mais diferenciados devem corresponder aos "Red" e "Yellow" podzolicos.

IV - Os Solos dos Taboleiros

1. No Espírito Santo a paisagem dos taboleiros terciários é característica. Chapadões de mais ou menos a mesma altura que se estendem desde o sopé das montanhas do Arqueano até às baixadas costeiras, recortados pelos cursos d'água. Ao norte do Rio Doce é que a faixa dos taboleiros se apresentam em sua maior largura e pode-se atravessá-lo até perto de Nanuque, na rodovia de São Mateus àquela cidade mineira, e até quase Nova Venécia na estrada São Mateus a Colatina. Ao sul do Rio Doce a faixa vai se estreitando até Carapina, na entrada de Vitória, para depois reaparecer com certa extensão entre os rios Itapemirim e Itabapoana. Entre Vitória e Itapemirim os sedimentos terciários dos taboleiros estão capeando as rochas do Arqueano, que frequentemente afloram no leito dos cursos d'água ou aparecem no topo das elevações que ultrapassam a cota comum dos taboleiros.

Os sedimentos terciários que formam os taboleiros são de origem marinha, e abrangem argilito e arenitos bastante pobres para servirem de rocha-mãe. Êstes sedimentos se dispõem em camadas horizontais conforme se conclui das barreiras expostas na praia. Primitivamente êles eram cobertos por florestas. Entre o Rio Doce e o Itapemirim, sob a ação do fogo e do machado, estas florestas foram sendo gradativamente substituídas por uma vegetação rala de capoeiras de camarás e de sapezais. Com frequência os taboleiros se mostram encaroçados com murundús localmente chamados de "gunans". A topografia suave dos taboleiros favorece uma percolação intensa que irá produzir perfis mais desenvolvidos e pedologicamente mais velhos.

Na faixa dos taboleiros a paisagem se diferencia em quatro subtipos fáceis de serem identificados. São êles os taboleiros de sopé da montanha, os taboleiros ao longo dos rios, taboleiros típicos e os taboleiros próximos à faixa litorânea. A êstes subtipos paisagísticos correspondem grupos de solos diferentes.

2. Os taboleiros do sopé da montanha frequentemente apresentam núcleo de rochas do Arqueano. Neles a disseção do relêvo foi mais acentuada e o relêvo não é tão uniforme como os taboleiros típicos. Pela proximidade do Arqueano é razoável se pensar que para a formação dêstes taboleiros tenham contribuído não sómente os sedimentos marinhos do Terciário como alúvios e colúvios vindos do Arqueano. Dêste modo o material que os originou parece ser mais rico que os arenitos e argilitos comuns do Terciário. Os solos são profundos, de côres que variam do amarelo ao vermelho. Algumas vêzes pode-se notar algum "bleaching" das camadas superiores, mas tal ocorrência é muito menos frequente que nos taboleiros típicos. Os taboleiros do sopé da montanha são encontrados no trecho da faixa terciário entre Vitória e Itapemirim e ao longo da estrada Vitória - Linhares, entre Santa Rosa e Córrego D'água.

3. Os taboleiros ao longo dos rios possuem a topografia uniforme dos terraços fluviais. É provável que os sedimen-

tos fluviais tenham desempenhado papel de maior importância na formação destes taboleiros que os próprios sedimentos do Terciário. O material de formação é por conseguinte mais rico e eles apresentam certas semelhanças com os taboleiros do sopé da montanha, sendo entretanto mais argilosos. São encontrados no baixo curso do Itapemirim, entre Paineiras e Safra, e no Rio Doce entre Linhares e pouco antes de Colatina.

4. Os taboleiros típicos formam a maior parte da faixa terciária. Hoje eles se apresentam bastante trabalhados pelos cursos d'água que muitas vezes os desgastam formando pequenos "canyons". Em época remotas eles deviam constituir uma superfície plano e contínua, somente dividida pelos vales dos rios maiores.

A planície uniforme deve ter sido submetida a uma lixiviação intensa de modo a resultar em uma diferenciação de camadas quasi que geral para os taboleiros típicos. Esta sucessão de camadas tanto pode ser observada nas barreiras da costa como em alguns cortes feitos para passagem de estradas. De cima para baixo encontramos 1 a 4 m de argilas arenosas de cores amarelo-claro até alaranjado seguida de uma linha de concreções ferruginosas que repousa sobre argilas ferruginosas de coloração variegada (mottled) de vermelho, amarelo, roxo e branco, vindo depois argilas brancacentas que cedem lugar ou a arenitos e argilitos mais ou menos consolidados ou a novas camadas de argilas avermelhadas. Este perfil geológico é de real interesse para o pedólogo uma vez que com maiores ou menores modificações ele é encontrado através dos trópicos sempre que temos a associação de topografia suave e de sedimentos da época terciária.

No alto dos taboleiros típicos a camada superficial de argilas arenosas é que vai servir de sede aos processos de desenvolvimento do solo. Não há dúvida que estes solos são ácidos e que sob lixiviação ácida o elemento ferro vai sendo arrastado para as camadas inferiores, causando "bleaching" no perfil do solo.

Quando a lixiviação é muito intensa resulta em empobrecimento em argila das camadas superiores, que se tornam arenosas e consequentemente enriquecimento em argila das camadas inferiores. O perfil do solo mais comum no alto dos taboleiros típicos possui na superfície uma camada arenosa pardo-acinzentada colorida pela matéria orgânica, que vai gradualmente passando para a camada seguinte, mais argilosa, de cores pardo-amarelado ou cinza-amarelado; segue-se uma camada de argila arenosa cuja cor vai se acentuando com a profundidade passando do amarelo claro até ao alaranjado. A camada seguinte é formada pela linha da concreções, que nada mais é que o limite da camada de argilas ferruginosas variegadas que sofreu desidratação irreversível. Esta linha de concreções, tão discutida na literatura sobre solos tropicais (Marbut, Greene, Pendleton, etc.) deve ser entre nós considerada como material laterítico situando muitas vezes para fora do que denominamos perfil do solo.

Quando o taboleiro é corroído pelos cursos d'água para a escavação dos vales, qualquer camada do perfil geológico pode contribuir para a formação dos solos das encostas. Nos desbarrancamentos, as camadas não lixiviadas passam a participar dos processos de gênese do solo e como resultado os solos das encostas de taboleiros típicos são de cores mais vivas, indo do alaranjado ao vermelho intenso. Estes movimentos são acompanhados algumas vezes de exposição e quase sempre de desidratação das argilas ferruginosas variegadas, originando concreções ferruginosas macissas que podem ser vistas na subida de Carapina ou em vários trechos da rodovia Vitória-Linhares-São Mateus. Mais frequentemente, as concreções ferruginosas se distribuem sob a forma fragmentária de pequenos grãos e pedras que irão constituir uma camada secundária de concreções. Esta camada é de espessura variável, pode ser simples ou dividida em sub-camadas e acompanha o relevo da encosta a uma profundidade que varia de poucos centímetros até mais de metro. Como o traçado das estradas exige cortes que amenizem o declive forte das encostas, sempre se tem que atravessar uma camada de concreções quando se está subindo ou descendo um taboleiro típico.

5. As barreiras dos taboleiros que avançam até o mar estão separados do oceano unicamente pela linha da praia. Na maioria dos casos entre o taboleiro e o mar fica a baixada litorânea. Nesse caso, a passagem do taboleiro para a baixada se faz não por barreiras abruptas e sim por taboleiros de transição. Estes taboleiros de transição constituem o último subtipo que denominamos de taboleiros próximos à faixa litorânea. Em certos pontos estes taboleiros estão coroados por praias e dunas antigas; em outros trechos parecem ser constituídos pelos restos de antigos taboleiros esboroados pelas águas do mar. A variabilidade dêste subtipo irá resultar em um complexo de solos, que mercê de sua pequena extensão e pouca fertilidade, será de pequena significação econômica. Os taboleiros próximos à faixa litorânea podem ser apreciados ao longo da estrada São Mateus até o Nativo e da estrada Riacho-Barra do Riacho.

Na ausência de análises de laboratório é desaconselhável se fazer qualquer tentativa de classificá-los no nível dos grandes grupos de solos. Entretanto, nos tipos mais diferenciados que o complexo de solos do Terciário apresenta podemos reconhecer regosolos, plenosolos e "Red" e "Yellow" podzolicos.

6. Na nossa escala de fertilidade os solos dos taboleiros terciários seriam classificados de péssimos até regulares. Eles são bastante deficientes em nutrientes para plantas e são muito ácidos. No Estado são cultivados principalmente para mandioca ou para pastos medíocres. O milho e a cana produzem mal nestes terrenos. Os melhores destes solos podem produzir satisfatoriamente abacaxi, amendoim e sizal. Os pastos dos taboleiros possuem fraca capacidade de pastoreio e o gado nêles criado não apresenta bom desenvolvimento e podem mesmo desenvolver uma doença de carência chamada "toque". É realmente pena que tais terrenos tão favoráveis a mecanização da lavoura sejam de tão baixa fertilidade.

Os cafésais estabelecidos nas terras novas dos taboleiros apresentam boas cargas mas é provável que essa produ-

tividade dure muito pouco. Os fazendeiros da região compreendida entre Linhares e Vitória acham que o sol castiga muito os cafesais dos taboleiros e preferem mantê-los sob a sombra dos mululos e de outras árvores remanescente da floresta derrubada. Acima de Itaúnas os cafesais estão sendo formados a pleno sol, sem indício aparente de estarem sendo prejudicados. Como os cafesais ainda são muito novos é cedo ainda para se chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

V - Os Aluviões Fluviais

1. No Estado nenhum outro grupo de solos é tão heterogêneo quanto o dos aluviões fluviais. Devemos considerar neste grupo todos os solos derivados de materiais carregados pelos cursos d'água. Por estarem muitas vezes sujeitos às inundações periódicas ou pela relativa juventude destes solos ainda não desenvolveram as características de um perfil definido. Dêste modo se acham tão ligados aos processos de sedimentação fluvial quanto aos processos de gênese dos perfis. Geralmente, eles se encontram na transição entre os solos permanentemente enxarcados e os solos de drenagem livre. Quando a drenagem se torna franca eles evoluem para os solos zonais da região.

Os aluviões fluviais estão bem distribuídos através do Estado. Num exame preliminar eles poderiam ser divididos em três grupos principais: aluviões das terras baixas, aluviões dos cursos médios dos rios e aluviões das terras altas.

2. Os aluviões das terras baixas são encontrados entre o Arqueano e o mar, em associação estreita com os taboleiros. Nas regiões baixas os rios são menos velozes e inundam as várzeas com frequência. Isto contribui para que estas baixadas sejam ricas em matéria orgânica e a camada superficial seja espessa e de coloração escura. O subsolo é rico em argila. O excesso de umidade permite o desenvolvimento de grande massa de vegetação ao mesmo tempo apresenta problemas de drenagem e de defesa contra inundações. São terras fortemente ácidas mas

que se prestam bem para a cultura de cereais especialmente arroz. No vale do Rio Doce elas são usadas para a cultura do cacau. A fertilidade delas variam de lugar para lugar, indo de regular até boa. Tais baixadas são frequentes nos municípios de Itapoana, Jabaeté, e em todos os municípios costeiros. Como exemplo podemos citar as baixadas da foz do Itapemirim, as do Rio Doce próximo a Linhares, as do Rio Jucu em Jucuruaba e as do Santa Maria na foz do Mangaraí.

3. Outro grupo distinto de aluviões fluviais é o constituído pelos aluviões dos cursos médios dos rios. A diferença entre este grupo e o precedente reside na melhor drenagem, na maior riqueza em elementos nutritivos e na menor espessura da camada orgânica. Quasi sempre os aluviões dos cursos médios estão situados a uma boa altura sobre os cursos d'água, de modo que a drenagem é mais fácil e eles só são atingidos pelas enchentes maiores. As bacias de drenagem compreendem rochas mais ricas, do Arqueano, e por isto os aluviões são bem supridos de cálcio, potássio, magnésio e fósforo. Seu pH varia de 5,5 até 6,5. Além disto possuem teôres mais equilibrados de areia e de argila e se apresentam com melhor textura que os outros aluviões.

As baixadas dos cursos médios dos rios são terras férteis que se adaptam bem à agricultura mecanizada e intensiva. Muitas delas têm estado sob culturas contínuas e ainda produzem boas colheitas. Sem comparação são elas as melhores terras que o estado possui e na nossa escala de fertilidade podem ser classificadas de boas para ótimas. Com pouco trato, nestas baixadas, o milho chega a produzir colheitas acima de 3000 kg/ha. Através de todo o Espírito Santo os aluviões dos cursos médios dos rios são usados para terras de cultura e para pastos. Constituem o grupo de solos de maior importância para a vida econômica do Estado. Felizmente para nós estas baixadas ocupam área extensas ao longo do Rio Itapemirim, entre Safra e Alegre; no

Rio Doce, das proximidades de Colatina até os limites com Minas; nos Rios Castelo, Muqui, Guandú, Santa Maria do Rio Doce, Itaquacú, Itabapoana, etc. Como bons exemplos destas baixadas podemos citar as de Pacotuba no Rio Itapemirim e as da Escola Agrotécnica no Santa Maria do Rio Doce.

4. O terceiro grupo de aluviões fluviais compreende os aluviões das terras altas. A drenagem constitui problema de importância nestas baixadas e muitas vezes as condições de anaerobiose e de redução favorecem o aparecimento de horizontes de gleização. As bacias de drenagem são principalmente formadas por rochas ácidas ricas em quartzo, que por serem resistentes ao intemperismo passaram a ocupar os espigões das serras das zonas altas. Consequentemente, os aluviões são ácidos e pobres. Quanto à distribuição eles ocorrem nas zonas altas de Santa Leopoldina, Santa Teresa e Domingos Martins; possivelmente ocorrem também em outros municípios. Em Santa Maria, município de Santa Leopoldina, mercê de amenidade do clima, estas baixadas são usadas para plantio de hortaliças.

VI - Os Aluviões Marinhos

1. Este grupo de solos abrange as planícies arenosa formadas pelas praias antigas, e os mangues. As planícies arenosas se estendem ao longo da costa e muitas vezes ficam reduzidas apenas à linha da praia. Outras vezes se prolongam para o interior com uma área apreciável. Vamos encontrá-las na foz do Itabapoana, na parte norte da embocadura do Itapemirim, ao sul e ao norte da baía de Vitória, na foz do Rio Doce e daí, continuamente, até o São Mateus. A vegetação varia de mata rala e pobre nos lugares úmidos até o carrascal fechado de arbustos espinhosos nos lugares secos. A natureza totalmente arenosa dos perfis favorece a percolação rápida. Devido à topografia plana e à pouca altitude o nível de água livre está a pequena profundidade, exceção feitas das antigas dunas.

2. Os mangues são terrenos de aluviões marinhos diàriamente inundados pelas águas do mar e cobertos de vegetação característica; os sedimentos são de argila e de limo, ricos em matéria orgânica. Os sais da água salgada tornam êstes solos bastante salinos. A salinidade dos mangues pode continuar por alguns anos, mesmo depois estar assoreado e não receber mais invasão d'água do mar. Como solos permanentemente enxarcados êles exibem uma gleisação nítida. O perfil dos solos de mangue assoreado pode ser descrito como possuindo uma camada da argila pesada de côr pardo-escura repousa sôbre uma camada de argila cizenta (horizonte glei). No Estado a àrea ocupada pelos mangues é muito pequena e êles não apresentam possibilidades para a exploração agrícola. Quando naturalmente assoreados, colocados fora do alcance da água do mar e levados do excesso de sais, êles podem ser cultivados com arroz.

VII - Os Solos Orgânicos

Estes solos estão principalmente associados com os aluviões fluviais das terras baixas. Solos com mais de 20% de matéria orgânica apresentam características especiais que os colocam em um grupo separado: os solos orgânicos. Em alguns casos os solos podem conter até 95% de matéria orgânica, contendo muito pouco de constituintes minerais. As condições que determinam a formação de solos orgânicos são aquelas que favorecem o desenvolvimento da vegetação ao mesmo tempo que impedem a decomposição dos resíduos vegetais. O excesso de umidade no solo faz com que grande massa de vegetação se desenvolva ao mesmo tempo que as condições de anaerobiase impedem a oxidação da matéria orgânica produzida e permitem o seu acúmulo.

No Espírito Santo os solos orgânicos estão situados nos baixos cursos de diversos rios. Acima das embocaduras dos Rios Itabapoana, Itapemirim, Novo, Iconha, Benevente, Jucú e possivelmente outros, encontramos várias áreas de terrenos orgânicos. A coloração dos solos é escura, indo do preto ao castanho

escuro. Devido à pobreza em elementos minerais e ao mau arejamento os nossos solos orgânicos são extremamente ácidos. Quando drenados eles ficam leves e fôfos. Após a drenagem o nível destes solos vai se abaixando pregressivamente porque o melhor arejamento do solo vai causando a destruição da matéria orgânica acumulada. Quando drenados e calados os terrenos orgânicos servem muito bem para hortas. Seu uso atual restringe-se ao cultivo de arroz em pequena escala.

VIII - Litosolos

São solos azonais de pequena espessura que ocorrem nos declives muito fortes, onde a erosão trabalha ativamente e não permite a ação do processo de gênese dos solos. A camada fina de solo repousa então diretamente a rocha-mãe, com ausência total ou parcial de subsolo.

No Espírito Santo os litosolos são comuns e acompanham as exposições das rochas do Arqueano. Podem ser vistos nas pedreiras da ilha de Vitória ou em regiões pedregosas da região montanhosa. Os litosolos não têm significação para a agricultura.

Trabalho realizado por

Aldo Franklin dos Santos,

Eng. Agr. — M. S.

DISCURSOS

ÊLES ERAM ASSIM...

Nelson Abel de Almeida

(Oração proferida na sessão solene do IHGES realizada no dia
12 de junho de 1961)

Parece-me que foi ontem. Como em todos os outros anos, no dia pré-determinado, realizava-se a eleição para mais uma diretoria da "Casa de Domingos Martins", quando Celso Calmon Nogueira da Gama foi conduzido ao cargo de orador oficial dêste Sodalício.

Figurei, na chapa, como vice-orador. Isto foi, aí, pelos idos de 1943. A presidência, para o biênio 1943 - 1945, caberia àquela figura bundosa, que foi Artur Lourenço de Araujo Primo. Os múltiplos afazeres de Celso Calmon, e também o destino, não permitiram que êle exercesse, como de seu desejo, a função que lhe fôra conferida.

Desde então, faz dezoito anos, venho eu, no exercício dêste honroso, mas árduo cargo de orador oficial desta Casa.

Agora, quando se inicia o biênio 1961 - 1963, eis-me, novamente, reconduzido às eminências dêste cargo.

Segreda-me a consciência que tenho procurado, se não com brilho, mas com dedicação, desempenhar a missão que me atribuem os meus prezados consócios.

Desejoso estou que outrem me venha substituir, com o fulgor de sua inteligência, para maior fulgor das tradições dêste Instituto.



E nesta sessão mágua cumpre-me, em obediência aos nossos estatutos, lembrar aquêles nossos companheiros, desaparecidos no ano social anterior.

E nesta hora, quando hei de referir as vidas profícuas de Atilio Vivacqua e Alceu Moreira Pinto Aleixo, lembro-me de que Raissa Maritain, em seu livro — AS GRANDES AMIZADES — nos adverte que “**não temos o direito de esquecer que nos devemos sempre aos nossos irmãos**”. E porque não temos o direito de esquecê-los, aqui estamos para lembrá-los, para recordar o quanto fizeram êles pela nossa terra o quanto fizeram êles pela sua coletividade.

Atilio Vivacqua

O município de Muniz Freire viu, um dia, abrir os olhos à vida, aquêles espirito-santense que se chamou Atilio Vivacqua. Foram seus pais Antônio Vivacqua e D^a. Etelvina Vivacqua

Ali, em Muniz Freire, cursou as primeiras letras e em 1916, ei-lo Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tendo chegado ao termo do curso, aprovado com distinção.

Estudante ainda, já o nosso eminente consócio representava a sua classe em vários Congressos Internacionais.

Mas o pendor de Atilio Vivacqua era a vida pública o, atraído pela política, foi eleito Prefeito do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

No passado, ao tempo da Primeira República, foi Atilio Vivacqua deputado estadual.

Em 1929, quando da presidência Aristeu Aguiar, o nosso pranteado consócio vai ocupar a Secretaria de Educação e Cultura.

E Atilio Vivacqua, Secretario do Estado, empolgou-se e entusiasmou-se pelos problemas do ensino.

A êle, como Secretário da Educação, deve o Espírito Santo uma fase de renovação para o seu ensino; áquêle tempo, movimentaram-se os nossos professôres, para assistirem às aulas ministradas pelo Professor Deodato de Moraes, sôbre a Escola Ativa; aquêlo tempo Paulo Cardim, ilustre filho do Professor Gomes Cardim, veio até nós, conduzido pela chama renovadora de Atilio Vivacqua, dar cursos sôbre Canto Orfeônico.

Foi, também áquêle tempo, que se realizaram, no Colégio Estadual do Espírito Santo e na Escola Normal "Pedro II", memoráveis concursos públicos, com bancas examinadoras formadas por mestres do quilate de Carlos Xavier, Thiers Velozo, Fernando Rabelo e tantos outros.

Atilio Vivacqua, diga-se aqui, em justiça á sua memória, não foi um mero diletante dos problemas educacionais. Antes. pugnou por resolvê-los e, disso são atestados as obras que publicou, subordinadas aos títulos "ESCOLA ATIVA BRASILEIRA", "O ESCOTISMO", MOTIVOS DO BRASIL MODERNO" e "ENSINO PÚBLICO NO ESPÍRITO SANTO".

E quando, em meio ia a reforma empreendida em 1929, por Atilio Vivacqua, para o ensino público capixaba, começam a soprar, de norte a sul, em todo o Brasil, os ventos revolucionários de 1930.

Eram chegados os novos tempos, anciosamente, por muitos, esperados.

NO Espírito Santo, a ordem baquearia em 16 de Outubro de 1930.

Atilio Vivacqua aqui permanece; com discreção, mas com serenidade e energia, com inteligência e com destemor êle iria ser o advogado de muitos dos seus correligionários, os chamados "decaídos", então apeados do poder como êle. E na Junta de Sanções, tribunal revolucionário e de exceção, a sua voz e a sua argumentação seriam ouvidos em favor dos acusados de então, dos acusados de crimes que, não demoraria muito alguns dos idealistas de nome apenas, iriam praticar, como, realmente, praticaram, agora com mais perfeição.

Aqui, nesta cidade querida, em uma casa que não mais existe, situada na Avenida José Carlos, permaneceu Atilio Vivacqua na estacada, resistindo, bravamente, ao regime transi-tório, que se implantára no Brasil.

Quando, em 1933, a bandeira da reconstitucionalização agitou o Brasil, e também os Estados, Atilio Vivacqua foi um dos comandantes, na campanha gloriosa, sustentada contra a situação que dominava o Espírito Santo.

Era interventor Federal, em nosso Estado, o General João Punaro Bley. A reconstitucionalização ensejou a criação de novos partidos políticos. A situação dominante organizou o Partido Social Democrático; no Sul do Estado, o inesquecível Coronel José Carlos Terra Lima fundou o sempre lembrado Partido da Lavoura. Atilio Vivacqua foi, com outros ilustres capixabas, um dos integrantes daquêlê Partido glorioso que, sem descer a retaliações e sem agredir a honra pessoal do adversário, foi uma bandeira de idealismo que sacudiu e que fêz vibrar tôda a comunidade espírito-santense, de norte a sul e de leste a oeste.

Naquela primeira Assembléia Constituinte Estadual é Atilio Vivacqua, estrela de primeira grandeza, quando da organização dos seus trabalhos.

A instituição do Estado Nôvo, em 1937, vai encontrar o capixaba ilustre no cenário federal, residindo na Capital da República.

Agora, o antigo advogado de Colatina, onde manteve movimentada banca e onde dirigiu a Agro-Pecuária, vai ascender a posições outras; agora o nosso eminente consócio vai exercer a Procuradoria da Justiça do Trabalho, a Vice Presidência do Instituto dos Advogados, a Secretaria Geral e a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil.

E quando Jones Santos Neves é nomeado Interventor Federal, no Estado convoca êle, em um momento feliz de inspiração, a Atilio Vivacqua, Asdrubal Soares e outros ilustres capixabas para virem, com a sua dedicação, com a sua inteligência e com a sua experiência ajudarem e cooperarem no engrandecimento da terra comum.

Atilio Vivacqua não faltou ao chamamento, não foi um surdo à boa clarinada. E, dentro em pouco, é êle um dos constituintes de 1946.

E a sua cultura é, então, posta a serviço das grandes causas e da justiça; e o Senador Atilio Vivacqua, representante do pequenino Espírito Santo, vai assombrar o Brasil e vai enaltecer a sua terra e a sua gente, quando com um parecer luminoso, na Comissão de Justiça, na Câmara Alta, salva a autonomia da Terra Bandeirante, evitando que decretada fosse a Intervenção Federal na terra de Rodrigues Alves.

Naquela memorável sessão do Senado Federal o Espírito Santo foi, para São Paulo, o amigo certo da hora incerta.

Os anais do Senado Federal têm, em suas páginas, trabalhos preciosos, da lavra de Atilio Vivacqua e que revelam a sua extraordinária cultura jurídica.

Na Câmara Alta elaborou Atilio Vivacqua pareceres e

estudos sôbre o Seguro Agrário, o Plano Salte, a Eletrificação Rural, a Irrigação, a Colonização do Vale do Rio Doce e tantos outros.

Convencido das imunidades dos vereadores municipais foi acérrimo defensor das mesmas, o que lhe valeu o título de cidadão de muitos dos municípios brasileiros.

Publicou obras de fôlego, como "A Nova Política do Sub-Solo e o Regime Legal das Minas". "A Propriedade Mineral", "Separação de Corpos", "Inamovibilidade da Magistratura e Habeas Corpus", além de artigos doutrinários em revistas e jornais.

Foi professor da Faculdade Nacional de Direito, membro do Instituto Brasil-Estado Unidos, da Associação Brasileira de Imprensa, da Academia Brasileira de Ciências, além de outras instituições culturais.

Senador pelo Espírito Santo, Atilio Vivacqua foi um nome nacional; êle dignificaria e honraria e enalteceria a representação federal de qualquer Estado brasileiro.

Todo o Brasil prestou, ao nosso ilustre consócio e conterrâneo, as mais comoventes homenagens. E elas não lhe foram um favor, não foram, pura e simplesmente, protocolares.

A essas homenagens teve Atilio Vivacqua, pelo seu passado e pela sua cultura, incontestável direito.

Em nossa Capital, o seu passamento foi lamentado por tôda a Imprensa; em nosso meio todos, independentemente de credos ou partidos, manifestaram o quanto sentiam o infausto acontecimento.

Desapareceu Atilio Vivacqua em 21 de Janeiro do corrente ano. O Govêrno do Espírito Santo, numa homenagem justíssima, ofereceu à sua família ilustre o custeio de seus funerais, fazendo-se nêles representar, pelo Deputado Federal Dirceu Cardoso, colocando sôbre o seu fêretro uma corôa com os dizeres "Homenagem do povo e Govêrno do Espírito Santo".

Também a Prefeitura Municipal de Vitória e a Assembleia Legislativa Estadual tributaram-lhe significativas homenagens.

E, agora, muitos poderão indagar — Atilio Vivacqua foi, realmente, um historiador, para merecer as honras de membro dêste Sodalício?

E eu lhes direi — sim, que a história não está nas páginas de um livro escrito, por êsse ou por aquêle. Ela vive, está e é escrita pela vida de cada um que trabalha, luta e sofre e vibra pela sua comunidade, pela sua gente.

E ninguém, nos dias de hoje, desconhece a atuação de Atilio Vivacqua, na vida do Espírito Santo, nestes últimos cinqüenta anos.

Ele ajudou a compor essa vida, ele ajudou a escrever essa história.

Deixou viuva a Exma. Sra. D^a. Geny Vivacqua. Ela bem se pode envaidecer do companheiro, há pouco desaparecido.

Nós, os desta Casa, prantearemos sempre o desaparecimento do capixaba ilustre, que foi Atilio Vivacqua.

Alceu Moreira Pinto Aleixo

Mal se refazia esta Casa do impacto que lhe causou o falecimento de Atilio Vivacqua quando, também neste ano, viu desaparecer um outro companheiro e consócio insigne — Alceu Moreira Pinto Aleixo.

Alceu Aleixo, como era mais conhecido, era filho do casal João da Matta Pinto Aleixo — Ana Moreira Aleixo, e nascido nesta Cidade de Vitória, aos 18 de Junho de 1907.

Aqui memo fez o seu curso primário. O curso secundário, êle o completou sob o regimes de exame parcelados, cursan-

do matérias avulsas no Externato Vitoriense, estabelecimento de ensino mantido por meu pai, aí pelos idos de 1917.

Muito jovem ainda viu-se, o nosso consócio, na contingência de trabalhar para fazer face à subsistência. E vai, então, ingressar no funcionalismo público estadual, integrando o corpo de funcionários da nossa Secretaria da Fazenda, como Escriturário a princípio e, mais tarde, como Oficial Administrativo. Na mesma Secretaria de Estado foi Alceu Aleixo ocupar funções outras, de destaque, como Chefe da Secção do Funcionalismo, Chefe do Serviço Especial da Defesa do Café, Diretor do Expediente, Chefe da Secção da Receita, Chefe da Secção da Despesa, Adjunto do Procurador da Fazenda, Chefe da Secção de Tomada de Contas.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela nossa Faculdade de Direito, em sua primeira turma, exerceu o ilustre capixaba a Promotoria Pública das 1^a. e 3^a. Varas e também a da Vara Criminal, tendo sido Secretário do Conselho Penitenciário do Estado.

Quando da Interventoria Jones dos Santos Neves esteve Alceu Aleixo ilustrando, com a sua experiência e probidade, a função de Prefeito dos Municípios da Serra e Afonso Claudio.

Na alta administração estadual participou, ele, como Secretário do Executivo na Interventoria Aristides Campos. Ocupou ainda o cargo de Assistente Jurídico do Estado e, afinal, Advogado do Estado, como integrante do Serviço Jurídico do Estado.

No Ensino Superior, ocupou, interinamente, uma das cadeiras da nossa veneranda Faculdade de Direito. Foi, também, professor do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar e das Escolas Técnicas de Comércio "Domingos Martins" e "Capixaba".

Espírito calmo e ponderado, de trato lhano e afável,

Alceu Aleixo foi, ainda, político equilibrado, tendo, por duas vezes, representado a sua cidade na Câmara Municipal, como vereador.

E, então, empolgou-se pelo Municipalismo, publicando, a respeito, estudos de mérito, como **“Autonomia Municipal”**, **“Caracterização e Definição da Autonomia Municipal e Restrições Atentatórias a Mesma”**, **“Conceito Político-Social do Município”**.

Esta última obra foi uma tese, apresentada ao Primeiro Congresso Municipalista Brasileiro, realizado, de 1.º a 10 de Abril de 1950, em Petrópolis, tese esta aprovada por unanimidade. Aqui, não é demais salientar que, a este Congresso, Alceu Aleixo compareceu como representante da Câmara Municipal de Vitória. Nesta memorável reunião Alceu Aleixo, pelo seu valor e pela sua autoridade em problemas municipalistas, foi eleito seu 2.º Secretário e Presidente da 1.ª Sub-Comissão, da 1.ª Comissão, participando do Congresso já referido ilustres municipalistas, como os insígnies René Braga, de São Paulo, Silvio Meira, do Pará e Samuel Lima, de Alagoas.

Foi ainda integrante de duas Convenções memoráveis. Uma cuidou de Ensino Primário e a outra, realizada em 23 de Maio de 1945, foi uma Convenção Política. Na primeira foi Alceu Aleixo incumbido, pelos convencionais, de saudar o Ministro Gustavo Capanema, enquanto que na segunda, como delegado do Município de Afonso Cláudio, teve o ensejo de pro-nunciar oportuno e substancioso discurso político.

O nosso eminente consócio era, entretanto, um estudioso dos problemas municipalistas, já referi anteriormente, e esse fato vai concorrer para que, uma vez ainda, participe êle, como Delegado da Câmara Municipal de Vitória, do 4.º Congresso Municipalista, realizado no Rio de Janeiro. E, novamente, Alceu Aleixo vai elevar, bem alto, o pequenino Espírito Santo, terra que êle estremecia, com a sua tese **Imunidades Par-**

lamentares, a qual recebeu fartos elogios do jurista gaúcho Francisco de Vila.

Como vereador municipal, à Câmara de Vitória, teve desempenho na 1.^a Secretaria e na Vice-Presidência, sendo conduzido a essas funções pela confiança de seus pares, e graças ao equilíbrio de seu espírito.

Em outros setores, serviu Alceu Aleixo à sua coletividade, e sempre com dedicação e entusiasmo.

Presidiu o Club Vitória e o Club de Natação e Regatas "Alvares Cabral".

Foi sócio fundador da União dos Empregados Públicos do Espírito Santo e da Associação dos Funcionários Públicos.

Estudante de Direito, na nossa querida Faculdade de Direito, foi Alceu Aleixo fundador e primeiro presidente do seu Diretório Acadêmico.

Aquele tempo fundou, e dirigiu, a revista "JUS", órgão do Diretório Acadêmico e "VIDA ACADÊMICA", órgão do Centro Acadêmico José Marcelino.

Deixou publicados — "DISSE...", discurso de orador da turma de bacharéis de 1935; "EDUCAÇÃO E CRIMINALIDADE"; "CRANEOLOGIA E ENDOCRINOLOGIA"; "ESTABILIDADE DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO E SUA EVOLUÇÃO", obra esta que mereceu encômicos dos consagrados mestres Temístocles Cavalcanti, Anibal Freire e Raul Pederneiras.

Nêste Instituto foi Alceu Aleixo eleito Secretário, na Presidência do Desembargador João Manoel de Carvalho no biênio 1945 - 1947.

Ninguém diria, em vendo Alceu Aleixo, sempre calmo, sempre sorridente, que êle era um apaixonado da nossa terra, da

nossa gente e da nossa história, que ele cultuava com amor e carinho.

E esta paixão o levou a publicar, em 1958, "HISTÓRIAS DA HISTÓRIA CAPICHABA" e "FRONTEIRAS DO ESPÍRITO SANTO COM MINAS GERAIS (O laudo do Serviço Geográfico do Exército em face de artigo 184 da Constituição de 1937).

E desta última obra, de Alceu Aleixo extráio conceitos que falam, bem alto, do seu amor e do seu devotamento à sua gleba. Ei-los:

"A Constituição de 1937 erigiu o Serviço Geográfico do Exército em órgão absoluto, para dirimir as questões de limites e suas deliberações não estavam sujeitas a qualquer limitação. Suas sentenças eram irrecorríveis e proferidas em instância única, já providas de força executória imediata. Instrumento de justiça especial, cujas atribuições escaparam às normas ordinárias de organização judiciária, toda sua existência se resumia no dispositivo que o instituiu, como órgão de solução pronta e eficaz, contra a natureza quase insolúvel das pendências lindeiras dos Estados-Membros".

São conceitos límpidos, claros, cristalinos, solares, vassados em argumentos incontestáveis.

E, ao fim dêste seu precioso livro, manifestando a sua fé, e toda a sua confiança na Justiça Brasileira. proclama e afirma Alceu Aleixo:

"A Serra dos Aimorés, localizada pelos ilustres e cultos oficiais do nosso Exército que compunham a gloriosa e espinhosa Comissão que proferiu o

laudo em aprêço e cuja existência Minas Gerais nega, existe e existirá sempre contemplando tristonha “o expetáculo que se desenrola a seus pés”, o qual nunca deveria ter existido maximé em se tratando de um dos maiores Estados da Federação que pretende mutilar, como já mutilou, um dos menores de seus irmãos, mas que tal não voltará a acontecer porque o Supremo Tribunal vela e velará sempre pelo direito dos pequenos e dos oprimidos”.

“HISTORIAS DA HISTORIA CAPIXABA” é um livro que, em 1951, conquistou o “Prêmio Cidade de Vitória”.

Nesse encantador livrinho Alceu Aleixo, com emoção e carinho, estuda episódios da nossa terra, que era também sua.

Casado com D^a. Clementina Gasparini Aleixo, de seu feliz consórcio ficaram, para venerar-lhe a memória e honrar-lhe o nome, os seus filhos — João da Matta Pinto Aleixo, Terezinha Gasparini Pinto Aleixo, Pedro Luiz Pinto Aleixo e Elza Maria Gasparini Aleixo.

Eles, ao lado de sua veneranda progenitora, choram, e chorarão sempre, o desaparecimento prematuro do seu bondoso e extremoso chefe e pai, que Alceu Aleixo era de uma bondade e de um carinho invulgares para com os seus entes queridos.

Ninguém, entretanto, poderia pensar que êle deixaria, tão cedo, o nosso convívio; ninguém entretanto, poderia avaliar que Alceu Aleixo deixaria o nosso convívio, em plena mocidade, quando, ainda pleno de inteligência, poderia prestar relevantes serviços à sua terra e à sua gleba.

Mas o inesperado aconteceria. E a 28 de Março último, com cinquenta e quatro incompletos, deixou o nosso meio, e para sempre, o nosso eminente consócio e amigo, capixaba de velha têmpera, que era Alceu Aleixo.

É o inevitável; foi a vontade do Senhor. Curvemo-nos, conformados, à Ela; respeitemo-LA, que Deus sabe o que faz.



Isso é o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; essa é a sua tarefa silenciosa, incompreendida de muitos e amável a nós outros, que, aqui, pacientemente, mourejamos.

Nêsse dia, a CASA DE DOMINGOS MARTINS, recorda os seus mortos queridos, os seus sócios eminentes, a fim de que eles continuem vivos na memória dos contemporâneos e dos tempos porvindouros.

É tarefa necessária, tarefa que deve ser cumprida, e há de ser cumprida sem desfalecimentos.

E se não a realizarmos com amor e dedicação, com carinho e devotamente, estaremos traindo a nossa gente e a nossa terra, estaremos mentindo a nossa mocidade, essa mocidade que confia em cada um de nós, que exige e quer que lhe entreguemos um Espírito Santo maior e mais feliz, um Espírito Santo digno de seu passado, digno do Brasil e digno do futuro, que a despeito das tempestades e dos escolhos, há de ser radioso, fulgurante, glorioso e abençoado da Virgem da Penha.

DOCUMENTAÇÃO

"Roteiro da Costa do Brasil compreendida entre a Bahia de Todos os Santos e a Capitania do Espírito Santo

Organizado pelo 1.º Tenente da Armada Collatino Marques de Souza

Rio de Janeiro - Tipografia Nacional - Rua da Guarda Velha, 1860

Cópia, da parte referente ao nosso Estado, feita pelo Sócio -Correspondente: Levy Rocha

Rio do Mucuri

"A barra do rio é de areia e fica pelo lado do Norte das terras em que está assentado um grande sobrado pintado de branco, que é perfeitamente visível do mar, é balisada e sómente dá entrada a navios de pequeno calado d'água. Toda a costa do Mucuri é mui acessível, e o fundo vai gradualmente diminuindo na razão direta da aproximação dela,

O cordão de terra do lado do sul desta barra engrossa mais um pouco até, um lugar chamado **Jitaúna**, e daí segue para o Sul sempre baixo, e cada vez a mais.

Logo ao Sul da barra do rio Mucuri vê-se umas bar-

reiras vermelhas, e ao Sul destas, e em distância de 9 a 10 milhas da referida barra, se começa a vêr umas outras muito mais extensas, chamadas "As Velhas". Estas barreiras semelham mais à comoros de arêia um pouco superiores a praia, do que verdadeiramente a barreiras, como são chamadas.

Entre as Velhas e as outras mais ao Norte há um rio ou antes um riacho, chamado Rio das Ostras, que não é de importância alguma à navegação, nem mesmo a da pequena cabotagem.

Na altura da barra do rio Mucuri, como já disse, o fundo é de areia preta mesclada com branca, e mais para o Sul (e também ao mar dessa barra), encontra-se areia vermelha em alguns lugares, e em outros lama.

Em todo o litoral do Sul, como no do Norte desta barra pode navegar-se sem receio algum em distância de 2 a 3 milhas da costa, e se prumará sempre em 7 e 8 braças d'água.

S. Mateus

Vindo do Norte em busca deste porto cuja latitude Sul é $18^{\circ} 37'$ e $39^{\circ} 46'$ de longitude a O GW, navegando-se ao longo da costa, que corre aos rumos de NS, e prumando em 7 e 8 braças d'água em distância de 3 milhas da costa, se avistará ao Sul, como uma pequena ilha que parece vir nascendo do seio das águas, a Vila de S. Mateus; e aproando directamente à essa ilha se navegará até aproximar-se dela. Nêsse lugar, onde está a Vila, a costa é muito baixa e tem muitos coqueiros, que sendo altos e por consequente visíveis primeiro que a costa, apresentam êsse aspêto de uma pequena ilha ao longe. Demandando a barra pelo Sul não se nota esta circunstância accidental do terreno, nem tão pouco essa espécie de ilha efêmera. Logo que se está em frente à povoação da Vila, e em fundo de 6 e 8 braças d'água em distância 1 1/2 a 2 milhas da costa, se fundeia em lama muito consistente. Tam-

bém pode-se ir fundear uma milha mais ao Sul da povoação em frente da barra, que torna-se conhecida pela atalaia que nela existe. Esta barra é obstruída por um grande banco de areia sobre o qual há canal móvel: é muito perigosa, principalmente com mau tempo, e não dá ingresso senão a navios de 10 a 12 palmos d'água. Há um patrão de barra com uma lancha e os aprestos necessários nem só para guiar a navegação para dentro do rio, como para qualquer socorro que seja necessário prestar. Do mar, e nessa distância de 2 a 3 milhas da costa, vê-se perfeitamente os mastros dos navios surtos dentro do rio, e em frente à povoação. De S. Mateus para o Sul a costa corre ao mesmo rumo ainda, e o cordão de terra da costa vai sempre afinando mais ou sendo mais baixa, e a costa também é perfeitamente limpa.

Em distância de 30 milhas ao Sul de S. Mateus está situada a **Barra Seca**, lugar êste que não tem povoação alguma, nem também barra, e torna-se conhecido por apresentar numa pequena elevação do terreno duas árvores grandes e copadas chamada a do Norte, **O Cavalo Selado**, cujas árvores de longe, e por causa da circunstância do terreno, parecem nascer do seio das águas.

Na distância de 30 milhas ao Sul da **Barra Seca** está a barra do Rio Doce.

Toda a costa de S. Mateus está situada nos mapas ingleses 6 a 8 milhas mais a leste do que realmente deve ser.

Da **Barra Seca** até Rio Doce a costa avança um pouco a leste, e dessa altura segue para o Sul ao rumo de SSO aproximadamente.

Rio Doce

A latitude da barra do Rio Doce é de 19°. 37' S, e 39°. 51' de longitude à O GW. A costa do Norte desta barra é toda baixa, e a do Sul é alta. Conhece-se a altura da barra

dêste rio não só pela côr amarelada das águas, como por apresentarem as terras do Norte três pequenos morros no interior, de configuração cônica e mui unidos. Nesta altura deve navegar-se vindo do Norte, em 9 e 10 braças d'água até avistar-se o **Pontal do Norte** da barra, que é muito baixo, e junto ao qual sai ao mar 2 a 2 1/2 milhas um banco de arêia que avança para leste nessa extenssão, tendo igual largura de Norte a Sul. O **Pontal do Sul** da barra é distante - Considero o **Pontal do sul** da barra a Ponta de terra grossa que se avista ao Sul, quando verdadeiramente não o é - e mais grosso por ser a costa do Sul um pouco mais alta, seguindo para o Sul mais elevada sempre. Dentro dêstes dois Pontais forma-se uma grande enseada, muito profunda, conhecida pelo nome de **Enseada do Riacho**, e que é acessível sômente pelo SO do banco da barra do Rio Doce, podendo qualquer navio aí fundear em 8 braças d'água, fundo arêia, e ao NE - SO do extremo oriental do referido banco, a fim de ter a saída fácil e não ser preciso bordejar, se tiver penetrado mais dentro da enseada. Para o lado do banco o fundo diminui rápidamente; e do fundo de 8 braças vê-se distintamente toda a arrebenção em cima do banco. Esta barra é muito perigosa, e nada de notável oferece além do que havemos mencionado. Há aí um patrão da barra que guia a navegação dos pequenos barcos de 10 a 12 palmos, únicos que em certas ocasiões podem por ela passar, e se algum maior consegue entrar em alguma ocasião favorável, mais raras se lhe oferece outra oportunidade de saída. Circunscrevendo o banco da barra pode-se saltar muito próximo da barra em uma praia que existe pelo lado do Sul, e no respectivo **Pontal** que não é porém o que considero formando a enseada, que existe muito mais longe algumas milhas. Passada a barra o rio alaga logo. Na barra, e em cima do banco, vê-se umas massas pretas que de longe parecem pedras, e entretanto não são mais do que acumulação de fôlhas secas e troncos de árvores que a impetuosa corrente dêste rio arranca em sua passagem, e ficam por muito tempo aí depositados com vários outros sedimentos do rio.

Da **Ponta do Riacho** (a Ponta de terra grossa que se avista ao Sul, e eu considero, talvez individualmente, o **Pontal do Sul** do barra) para o Sul a costa corre quase ao SSO até a Capitania do Espírito Santo - Até a Vila de Santa Cruz a costa corre ao NE-SO, e daí até a Capitania ela corre ao SO aproximadamente - e pode navegar-se em distância de 2 milhas da costa e em fundo de 8 a 10 braças d'água. Da altura do **Pontal do Riacho** vai-se começando a vêr o **Mestre Alvaro** e toda a Serra da Capitania do Espírito Santo. O **Mestre Alvaro** é um grande serro, muito alto, com muitos quebrados, e mais destacado dos outros morros de que se compoe a Serra.

Aldeia Velha ou Vila de Santa Cruz

Na distância de 24 milhas ao Sul do Rio Doce e em igual distância ao Norte da barra da Capitania do Espírito Santo acha-se situada a barra desta Vila, a qual sendo larga é obstruída por um banco de areia, tendo recifes para o lado do Sul dela e sendo limpo para o do Norte. O canal para a entrada do rio corre aos rumos E4NE-O4SO e à meio dos dois Pontais da barra. O banco terá quando muito uma milha de extensão para leste. Para dentro dos dois Pontais da barra existe uma bela e segura baía com muito fundo, à Oeste da qual vê-se a **Serra da Capitania**.

A pequena **Vila de Santa Cruz** está situada na margem direita do rio do mesmo nome. No **Pontal do Sul** da barra, e em um pequeno outeiro, vê-se uma casa pintada de branco, a qual é a principal e melhor marca para conhecer-se esta barra, tanto vindo do Norte, como do sul. Investindo a barra e depois que se esta na altura dos Pontais, deve encostar-se mais para o sul e fugir de um grande recife que do **Pontal do Norte** se dirige para o Sul, estreitando muito o canal neste lugar, e passada a arrebentação dêste recife deve encostar-se mais para a margem esquerda do rio.

ou para as terras do lado do **Pontal do Norte**, porque do lado oposto existe uma corôa. Daí, rio acima, encontra-se sempre 3 braças d'água, e fundo de arêia e conchas. O canal da barra é franco para navios de 10 a 12 palmos d'água, e aí entram briges escunas e patachos da cabotagem do Rio de Janeiro. Os navios grandes podem aproximar-se desta costa sem receio algum até 8 braças d'água, e ficarão muito distantes do banco da barra.

Da **Aldeia Velha** até a Capitania a costa corre ao NS aproximadamente.

Rio dos Reis Magos ou Vila de Nova Almeida

Esta barra que é franca tão sòmente para lanchas, está situada 9 milhas ao sul da de **Santa Cruz**. Entre estas duas barras há uma **Ponta** de terra chamada "Flexeiras" a qual constitui o Pontal do Norte da barra dos **Reis Magos**. A leste desta **Ponta Flexeiras** há um recife de pedras um pouco aprofundadas, e que avança 1 a 1 1/2 milha pelo mar a dentro. O Pontal do Sul da barra que é chamado a **Ponta de Capuba**, sai ao mar na mesma distância que o do Norte e fica longe d'ele. Entre estas duas Pontas, a **Flexeira** e a da **Capuba**, existe situada a pequena barra desta Vila, sendo também obstruída por um banco, com pouco fundo, e no meio do qual há um canal que corre aos rumos de EO, e que só é praticado quando a maré está cheia. Em um alto vê-se um convento, obra dos Jesuitas. De **Santa Cruz** para esta barra navega-se pelo menos na distância de 2 milhas da costa e em fundo de 8 braças d'água, e vê-se a arrebentação sôbre os recifes que guardam toda essa costa e a tornam inacessível na distância de 1 1/2 milha.

A descrição d'este porto, e bem assim a do **Caraípe**, que segue adiante, é devida a um prático natural do lugar e que serviu á bordo do **Olinda** em uma das Comissões que fizemos

a êsse litoral. Na **Vila de Santa Cruz** estivemos 8 dias em terra.

Caraipe

Na distância de 6 milhas ao Sul da **Vila de Nova Almeida** está situado este rio, ou melhor a sua barra, a qual do mar é conhecida por umas casas brancas que estão em um morro colocado no lado do Sul da barra. Da distância de 2 milhas da costa, e prumando em 8 braças d'água, distingue-se claramente a abertura desta barra a qual porém é obstruída por um banco de areia, e só dá navegação a canoas, ficando totalmente descoberto este banco no baixamar.

Capitanias do Espírito Santo

A barra da Capitania do Espírito é assinalada a quem vem do Norte, ou está a leste dela, pelo grande **Mestre Alvaro**, montanha esta de uma forma volumosa e que se destaca dos outros morros que constituem a elevada e grande **Serra da Capitania**. A latitude desta montanha (que extraímos do piloto americano Blunt), é de 20°. 9' e 40°. 22' de longitude à O GW. A barra é formada ao Norte pela **Ponta Baixa do Tubarão**, e ao Sul pelo **Monte Moreno**, que é de altura regular. Daquela ponta corre para o Sul em direção ao **Moreno** um grande recife que se vê descoberto quando a maré está baixa. Sendo mui larga esta barra torna-se realmente mui estreito o canal, nem só por causa dêsse recife da **Ponta do Tubarão**, como também por existir à meio dela e mais próximo ao **Moreno** e na altura quase do canal uma pedra profunda denominada **O Cavalo** que embaraça muito a entrada, principalmente porque não é assinalada ao menos por uma boia.

Pelo que fica dito, facilmente vê-se que a entrada e saída deste ancoradouro só pode ter lugar com vento de feição, ou á vapor.

A Oeste do **Moreno** está situado um monte de forma

cônica parecendo inacessível, em cujo cimo está edificado o Convento de N. S. da Penha, que é a melhor e mais segura marca para ser demandada esta barra, assim também para sair-se dela. Conhecidos estes pontos principais, e vindo do Norte, navega-se em ordem a colocar o Convento da Penha meio oculto com o **Moreno**, feito o que, navega-se para a costa tendo o Convento sempre desta maneira até aproximar-se do **Moreno**, dando resguardo rasoável a uma pedra alterosa que aí existe, e que é denominada - a **Baleia**. Dessa altura, aproa-se à Igreja do Colégio que se avistará rio acima, ao Norte da cidade da **Vitória**, e através de uma passagem mui estreita, que é formada de um lado (o esquerdo de quem entra), por uma montanha de pedra em forma de pirâmide cônica, chama **Pão de Assucar**, e do outro lado por um cordão de terra mais baixo e onde mesmo na praia está edificada uma pequena fortaleza chamada. **S. João**. - A passagem estreita de que tratamos não é formada só por êsse Monte em forma de pão de assucar, e sim pela costa baixa existe o que para abreviar tomei a parte pelo todo. A passagem faz-se encostando-se todo à êsse lado.

O lado do **Pão de Assucar** é fundo e muito limpo, mas o lado oposto é todo cheio de pedras, e a passagem por aí é muito encostada ao **pão de assucar**, e quase a tocá-lo com a mão. Fundeia se em frente da cidade e em 4 a 5 braças d'água, fundo lama. Nas sigigias as águas correm espantosamente neste ancoradouro, e muito principalmente através dessa garganta que referimos.

Logo na primeira enseada passando o **Moreno**, vê-se uma fortaleza crdinariamente chamada, a **Bateria**; junto dela há umas pedras que cumpre dar resguardo não se encostando demasiadamente à êsse lugar, nem também muito à **Ilha do Boi** que demora ao NNO do **Monte Moreno** e ocupa grande espaço desta baía. Nesta enseada da **Bateria** pode-se também fundear em 4 ou 5 braças d'água. Na barra o menor fundo é de 3 braças de água nas marés baixas.

Vindo do Sul a demandar esta barra navega-se à barlavento de umas pedras denominadas **Os Pacotes**, cuja latitude Sul é de $20^{\circ} 21'$ e $40^{\circ} 17'$ de longitude à O GW, e que se acham situadas 2 milhas ao SE do **Moreno**, sendo o espaço de mar compreendido entre estas pedras e êsse monte cheio de pedras e bancos de arêia: feito isto, e quando o Convento de N. S. da Penha se encobrir com o **Moreno** aprôa-se ao meio da **Ilha do Boi** situada, como disse, ao NNO dêste monte e estando na altura de poder distinguir a cidade, navega-se com prôa á igreja que se vê ao Norte dela.

Consta haver também passagem pela parte do Norte da **Ilha do Boi**, mas ignorâmo-la completamente.

A latitude do **Monte Moreno** é de $20^{\circ} 19' S$ e $40^{\circ} 19'$ de longitude à O GW.

A latitude da **Ponta do Tubarão** é $20^{\circ} 16' S$ e $40^{\circ} 17'$ de longitude à O GW.

A latitude do Convento da **Penha** é $20^{\circ} 20' S$, e $40^{\circ} 20'$ de longitude à O GW.

A latitude de **Mestre Alvaro** é $20^{\circ} 9' S$ e $40^{\circ} 22'$ de longitude a O GW.

As posições geográficas de todos estes lugares são extraídas do Piloto Americano Blunt, e não são muito aproximadas por isso que são só até minutos; mas é quanto basta para dar uma idéia do porto.

Ilhas dos Abrolhos

Êste grupo de ilhas em número de cinco, três grandes e duas pequenas, acha-se situado em $18^{\circ} 00, 00'$ de latitude Sul, e em $38^{\circ} 31' 00'$ de longitude a O GW. Destas ilhas a maior é a de

Santa Barbara, e a outra é a do SE, para o sul da qual há uma restinga de pedras que se estende um pouco fora, e todas elas são acessíveis pela parte de Oeste, isto é, o grupo delas. Pela parte de leste destas ilhas assim como ao SE delas, há chapeirões (pedra soltas e profundas) que tornam todo êsse espaço de mar intransitável e muito perigoso até a distância estimada de dez milhas a leste, ou quando elas estão meias ocultas nas águas. Pelo lado de Oeste, há um canal mui fundo, e largo de 4 a 5 léguas, e pelo qual podem passar os maiores navios. Ao norte destas ilhas tudo é limpo, assim como ao sul, dando resguardo porem à restinga da do SE. São estas as observações que fizemos quando aí estivemos uma vez fundeados, e se dizemos que os chapeirões não avançam mais de 10 milhas à leste destas ilhas é porque é essa a opinião de todos os pescadores destes lugares que consultamos, sendo êles acordes em dizer que quando as praias das Ilhas estão ocultas (distância de 6 a 8 milhas), já não há mais chapeirões à leste, e o mesmo dizem acerca do limpo e largo canal de 4 a 5 léguas a Oeste das mencionada Ilhas. Em todas elas há uma grande abundância de aves aquáticas.

Resenha bibliográfica

Datas e dados da Vida Judiciária Espírito Santense - (Separata da Revista do Tribunal de Justiça do Estado) - 1963.

O Desembargador Eurípedes Queiroz do Valle, que se dedica há largos anos à pesquisa histórica, vem de publicar, através do Departamento de Imprensa Oficial, em elegante formato e boa apresentação gráfica, um resumo da segunda edição ampliada de "O Tribunal de Justiça do Espírito Santo e seus antecedentes históricos", que veio à luz, pela vez primeira, em 1955.

O livro consta de 1. marcos principais da história da Justiça espírito santense;

2. breves biografias de todos os que, em nosso Estado, exerceram as elevadas funções de desembargador;

3. Contribuição dos Srs. Desembargadores para a literatura jurídica brasileira;

4. Comarcas do Espírito Santo;

5. Juizes do Espírito Santo;

6. Curiosidades da vida judiciária capixaba;

A matéria é disposta de forma agradável, em ordem alfabética que muito facilita a consulta, e demonstra o espírito de pesquisa do seu ilustre autor.

A bem de uma mais perfeita apresentação, em futura edição que esperamos integral (e, nesse sentido é dramática a afirmação do autor de que os originais voltaram ao silêncio das gavetas, dado o preço da edição) sugerimos a exclusão da expressão **separata**, de vez que, como é notório, se trata de obra autônoma, assim como que a terceira parte seja desdobrada em duas, uma para livros e estudos e outra para os votos proferidos.

No mais, é de se louvar a iniciativa do Egrégio Tribunal de Justiça em patrocinando a edição de tão interessante trabalho.

BOLETIM DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

(Ano 1, n. 1) (1963)

O Centro de Estudos Históricos e Geográficos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Espírito Santo, sob a supervisão geral da Professora Nara Saletto Costa da Silva Santos, vem de publicar o primeiro número de seu Boletim, que "se propõe a publicar e promover os trabalhos históricos e geográficos que possam ser úteis aos alunos da FaFi e aos professores dos nossos ginásios". Promete outrossim que ênfase especial serão dados aos estudos e pesquisas sobre o Espírito Santo. Trata-se, portanto, de publicação co-irmã, cujo aparecimento aplaudimos, calorosamente.

No primeiro número publicaram trabalhos Renato José Costa Pacheco, Gilda Rocha (tradução). Cícero Moraes, Luiz Guilherme Santos Neves, Nelson Abel de Almeida e Angela De Biase Ferrari.

Almejamos à novel publicação vida longa, em benefício da cultura capixaba.

Cadernos de etnografia e folclore

É extraordinário o esforço de Guilherme Santos Neves mantendo, mesmo diante da indiferença de todos e da má vontade de muitos, viva a chama dos estudos folclóricos, em nossa pobre terra. Por sua iniciativa e graça ao seu esforço e abnegação, a Comissão Espírito Santense de Folclore vem de lançar, nos dois últimos anos, os três números iniciais de seus Cadernos de Etnografia e Folclore.

O número 1, **Aspectos de Folclore Vianense**, de Yamara Soneghet Melchior, é fruto de pesquisa empreendida pela inteligente e dedicada pesquisadora, em 1951, e documenta "incelências", rezas e orações, "benzimentos", medicina caseira, superstições, simpatias, adivinhações e a glosa "Adorada Mãe sem Fim", a que se seguem alguns dados informativos sobre Viana.

O número 2, **Medicina Popular em São Mateus**, de Renato José Costa Pacheco, documentada pesquisa realizada, com a colaboração de alunas do Ginásio e Escola Normal "Ceciliano Abel de Almeida", em 1960, e, além de breve introdução, apresenta, em ordem alfabética, doenças e seus tratamentos e índices de ingredientes.

O número 3, **A cabula, um culto afro-brasileiro**, apresenta as anotações ineditas de D. João Batista Corrêa Nery sobre o curioso culto do norte do Estado, e se constituiu homenagem ao primeiro centenário do nascimento do eminente bispo, transcorrido em 6 de outubro do ano passado. Além de ótima fotografia do insigne prelado, o folheto apresenta introdução do antropólogo Edison Carneiro, clichés do texto integral do caderno de anotações do Bispo, mapa de localização da cabula, e estudo sobre as áreas em que a mesma se encontra e nota final em que se destaca a necessidade de pesquisar-se a sobrevivência do referido culto.

Trabalhos que objetivam documentar o que está desaparecendo diante da civilização industrial, e que serão indispensáveis á análise do cientista Social do futuro.

Anunciam-se como publicações subseqüentes "A Pesca do arrastão em Manguinhos", "Pedro Malasartes-versões capixabas" e "Dramatizações populares no Espírito Santo", cujo aparecimento desejam saudar em breve.

Noticiário

1963

Posse da nova diretoria

A 12 de junho de 1963 o presidente Ceciliano Abel de Almeida deu posse á diretoria eleita para o periodo 1963-1965, cuja constituição consta da contra-capa dêste número. Em seguida, realizou-se a tradicional Romaria Civica ao Busto de Domingos Martins. O relatório de atividades do presidente que deixava o cargo foi muito aplaudido.

Novas anuidades

Em sessão de diretoria, foram estabelecidas as novas taxas a que são obrigados os sócios-: Joia-quinientos cruzeiros. Diploma-trezentos cruzeiros. Anuidade - mil e duzentos cruzeiros.

Questão de limites Minas-Espírito Santo

A diretoria após ouvir os consócios Cicero de Moraes e Ceciliano Abel de Almeida, aprovou proposta dêste no sentido de que se prefira para a solução do litigio secular o laudo do Serviço Geográfico do Exercito, de 1938, que melhor atende á definição Geográfica de Serra dos Aimorés e aos superiores interesses do país.

Novo Prédio

Em face do precário estado em que se encontra o prédio próprio do Instituto, a Assembléia Geral, em 12 de julho de 1963, autorizou a Diretoria a estudar a construção de nova sede sob regime de incorporação. Autorização municipal já foi conseguida estando os estudos de construção em adiantado estado. Dependia o início das obras de autorização legislativa, em virtude de cláusula restritiva determinada pelo doador, o Governo do Estado. Nesse sentido há projeto de lei firmado pelo eminente Deputado Harry de Freitas Barcelos, já transformado em lei estadual. O Orçamento Federal da República incluiu a verba de três milhões de cruzeiros para aquisição de mais uma parte da nova sede (Verba 0002-Departamento de Administração do Ministério de Educação e Cultura), importância que não foi recebida. Os trabalhos estão aguardando, agora, entendimentos com firmas incorporadores.

Posse do novo consócio

A doze de setembro tomou posse, tendo sido recepcionado pelo Orador Nelson Abel de Almeida, o novo consócio magistrado e professor José Antônio RUY CORTES, que produziu interessante estudo sobre Guarapari.

Seminário de Estudos Espírito Santenses

Com o objetivo de apresentação de estudos sobre nosso Estado, realizou-se, sob o patrocínio do IHGES o I Seminário de Estudos Espírito Santenses. O conclave foi inaugurado no dia 7 de setembro, no Fórum da Comarca de Santa Leopoldina, tendo o Ministro Renato Almeida, especialmente convidado pronunciado palestra sobre **Graça Aranha e o Espírito Santo**. Os trabalhos seguintes foram feitos pelos Professores Aldo Franklin dos Santos, Angela de Biase Ferrari, João Ferreira Castelo, Manoel Antonio de Oliveira, e vão publicados neste nú-

mero. O Seminário se encerrou com uma mesa redonda sôbre "Pesquisas em ciencias humanas no Espírito Santo", tendo sido relator o professor Guilherme Santos Neves, vice-presidente do Instituto e membro do Conselho Nacional de Folclores.

Centenário de D. João Nery

A 14 de novembro, no Auditório do Colégio do Carmo, o Instituto, em combinação com as demais associações culturais do Estado realizou sessão solene para comemorar o 1º. Centenário do nascimento de D. João Batista Correa Nery, 1º. Bispo do Espírito Santo. O unico Orador da sessão, indicado pelo instituto, foi o Professor Nelson Abel de Almeida. O Coro Falado do Colégio do Carmo e o Coral São Luiz realizaram excelentes apresentações, após o notável escoreço biográfico produzido por nosso consócio.

Conferência de Curt Lange

A convite do IHGES, o ilustre Professor Francisco Curt Lange, perito em musicologia e diretor do Instituto Interamericano de Musicologia, com sede em Montevideú, visitou nossa Capital, onde planejou pesquisas histórico-musicais e proferiu, a 14 e 15 de outubro de 1964, duas palestras, no auditório da Faculdade de Filosofia, subordinadas aos temas "A organização musical no período colonial brasileiro" e "A transcendência universal da música religiosa em Minas Gerais". O Professor Lange foi muito aplaudido e deixou forte impressão entre os estudiosos capixabas.

Novos sócios

Eleitos a 11 de junho de 1964, o ano de 1965 marcou o ingresso de novos sócios efetivos, além de correspondentes, à Casa do Espírito Santo, a saber: Aldo Franklin dos Santos, Augusto Ruschi, Ali da Silva, Angela de Biase Ferrari, Christiano Fraga Waeffell, Ivan Lorenzoni Borgo, Jayme Santos Neves, Luiz

Guilherme Santos Neves, Maria Filina Sá de Miranda, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, Nara Sallete da Costa da Silva Santos e Nilo Martins da Cunha, todos professores universitários de ciências humanas, e de cujo trabalho e esforço muito espera o Instituto.

Ceciliano Abel de Almeida

Com profundo pesar, registramos o falecimento de nosso ex-presidente e grande administrador da Casa do Espírito Santo, Ceciliano Abel de Almeida, na idade de 86 anos, ocorrido em junho de 1965. Estamos coligindo depoimentos que se publicaram, na ocasião, sobre o **grande capixaba**, que oportunamente divulgaremos em nosso **Documentário**. A Casa do Espírito Santo perdeu, com o passamento de Ceciliano Abel de Almeida um de seus mais devotados membros.

Cinquentenário do Instituto

O ano de 1966, assinala, a 12 de junho, o cinquentenário de fundação do Instituto. As solenidades comemorativas se iniciaram a 27 de janeiro com uma conferência do Professor Dieter Woll, da Universidade de Bonn, especialmente convidado, sobre "As idéias de Schopenhauer e Nietzsche no Canaã de Graça Aranha", sob os auspícios do Instituto e da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES) do M. E. C. As comemorações prosseguirão duante todo o ano, e o número 28 da **Revista** delas dará circunstanciado noticiário.

Pede-se permuta.

Rogamos enviarnos en canje sus publicaciones.

Mandateci vostre pubblicazioni.

Nous prions de nous envoyer en échange vos publications.

Please send us your publication in exchange.

Wir danken für Austausch.

NOTA DA REDAÇÃO

O IHGES e a sua Comissão de Revista não se responsabilizam pelos conceitos e opiniões adotados e expendidos pelos ilustres colaboradores desta Revista.

Sumário

ESTUDOS E ENSAIOS.

Gloriosa vitória do Espírito Santo, em 1640 - Guilherme Santos Neves

Subsídios para a história e a literatura do Município da Serra, em possíveis referências ao Século XIX - João Ferreira Castelo.

Ligeiros apontamentos históricos sobre o Fôro da Barra de São Mateus, a partir de 1877 a 1956 - Manoel Antonio de Oliveira (Manduca Evêncio).

Contribuição para o estudo da colonização no Espírito Santo: Estado Sanitário da Colônia de Santa Leopoldina, no primeiro lustro de sua existência - Angela De Biase Ferrari.

Nota preliminar sobre os solos no Espírito Santo - Aldo Franklin dos Santos

Discursos

Eles eram assim . . . Nelson Abel de Almeida

DOCUMENTAÇÃO

Roteiro da Costa do Brasil compreendida entre a Bahia de Todos os Santos e a Capitania do Espírito Santo, organizado pelo 1º. Tenente da Armada Collatino Marques de Souza.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

NOTICIÁRIO

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Diretoria 1963-1965-1967 (Reeleita)

Presidente-: *Christiano Ferreira Fraga*

1º. Vice-Presidente-: *Alberto Stange Junior*

2º. Vice-Presidente-: *José Paulino Alves Júnior*

3º. Vice-Presidente-: *Guilherme Santos Neves*

Tesoureiro-: *Ivo Amancio de Oliveira*

Secretário Geral-: *Renato José Costa Pacheco*

Orador-: *Nelson Abel de Almeida*

Bibliotecário-: *Aflordisio Pereira de Souza*